

ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA SALESIANA - XIV



IGREJA - COMUNHÃO E RECIPROCIDADE MISSIONÁRIA

PRIMEIRO ENCONTRO DA REGIÃO ÁFRICA
E MADAGASCAR - ADDIS ABEBA, 5-10 DE MAIO DE 1997



Mis 28



Editrice S.D.B.
Edizione extra commerciale

Direzione Generale Opere Don Bosco
Via della Pisana, 1111
00163 ROMA

Stampa: Tip. «Don Bosco» - Via Prenestina, 468 - Roma - Settembre 1997

INDICE

Participantes	4
Igreja-Comunhão e Reciprocidade missionária (<i>P. Luciano ODORICO</i>)	9
Trabalho de Grupo	23
O Delegado Inspetorial de Animação Misionária <i>Vade-Mecum</i>	33
1. Breve percurso histórico	41
2. A Animação Missionária Salesiana	47
3. Identidade e Tarefas	55
4. Organização	64
Linhas fundamentais da Programação do Dicastério para as Missões Salesianas	73
Prioridades missionárias do Dicastério das Missões para a Região África e Madagascar	79
Princípios e Orientações na Gestão Económica e novas perspectivas de solidariedade (P. Giannio MAZZALI)	81
1. A figura do Económico	83
2. Economia e Administração dos bens	94
3. Carta sobre a Solidariedade	99
Trabalho de Grupo	103
Relação sobre o Primeiro Encontro da Região África-Madagascar (<i>P. RODRIGUEZ A. TALLÓN</i>)	109



PARTECIPANTES

ANGOLA

Délégation BSP

P. FAVARO Gino - Délégué
Fr. FONTAINE Gaston

Salesianos de Don Bosco
C.P. 5336
Rua Garcia Neto, 8
LUANDA
República de Angola

CAMEROUN

Délégation ATE

Fr. HERNANDEZ Agustin
Fr. OLAVERRI M. Angel - Délégué

Cité des Jeunes "Don Bosco"
Mimboman III
B.P. 13029
YAOUNDE
Cameroun

CONGO - (RD)

Province AFC

P. MEERT Eric
P. VALENTE Mario - Provincial

Procure des Missions DB
250, Wespelaarsebaan
3190 **BOORTMEERBEEK**
Belgio

COTE D'IVOIRE

Délégation AFO

P. FRANCO Enric
P. OLIVERAS L. Maria - Délégué

Mission Catholique
de Saint François d'Assise
B.P. 1323
ABIDJAN 10
Côte d'Ivoire

ETHIOPIE

Délégation ILE et MOR

Fr. BULLO Cesare - Coordinateur
P. ROCA Alfredo - Délégué

Salesians of Don Bosco
P.O. Box 531
ADDIS ABEBA
Ethiopia

ITALIE

Rome - RM

Salesiani

Via della Pisana, 1111

00163 **ROMA**

P. MAZZALI Giovanni - Econome Général

P. ODORICO Luciano Conseiller Général

P. RODRIGUEZ T. A. Conseiller Régional pour l'Afrique et
Madagascar

MARCHIOLI Mario

KENYA

Vice-Province AFE

Salesians of Don Bosco

Upper Hill Road

P.O. Box 24236

P. CHEMMALAKUZHY St. - Supérieur

P. UBOLDI Gianni

NAIROBI

Kenya

MADAGASCAR

Vice-Province MDG

Maison Don Bosco

B.P. 60

105 **IVATO Aéroport**

Madagascar

P. DE SANCTIS Erminio

P. ZUPPINI Luigi - Supérieur

MOZAMBICO

Délégation POR

Residência Don Bosco

Rua João Bosco

MAPUTO

P. VALENTIN DE PABLO - Délégué Mozambico

NIGERIA

IAD et ICP- Akure

Salesians of St. Don Bosco

Araromi Street

P.O. Box 2390

P. MARRONE Vincenzo

AKURE - Ondo State

Nigeria

RWANDA

Délégation. AFC

P. KOSTA Jean Bosco - Délégué

Institut Form. Apostolique

Kimihurura

B.P. 627

KIGALI Rwanda

SIERRA LEONE

SUO - Lungì

P. DE BLASE Dominic

St. Augustine Sec. School

Lungi Airport

LUNGI

Sierra Leone

SOUTH AFRICA

Vice-Province AFM

P.HENNESSY Eugene

P. NAUGHTON Patrick - Supérieur

Ozanam House

66, Nelson Road

Booyens

JOHANNESBURG

South Africa

ZAMBIA

Vice-Province ZMB

P. BORYCZKA Piotr - Supérieur

P. GOZDALSKI Peter

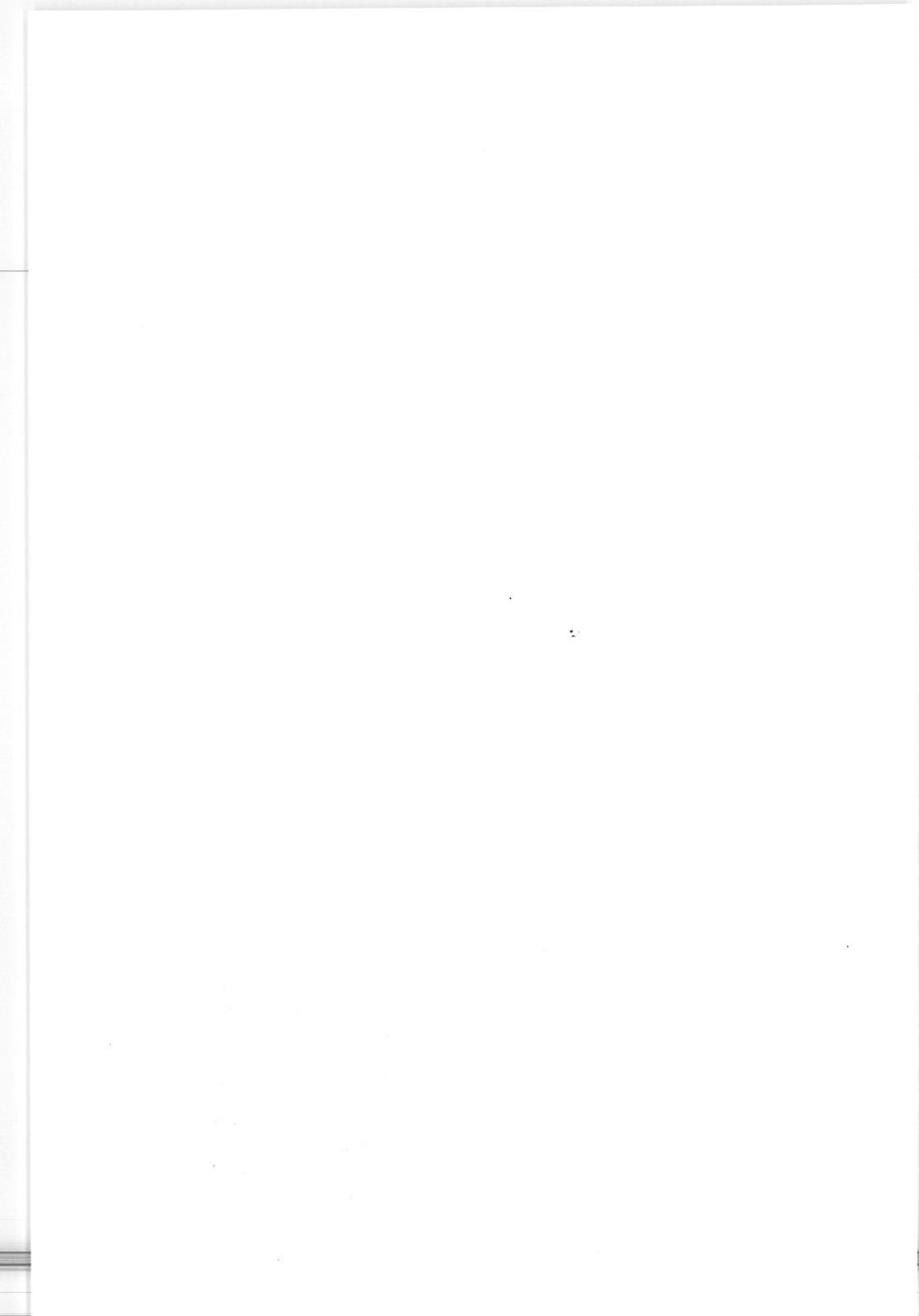
Salesians of Don Bosco

P.O. Box 31148

10101 **LUSAKA**

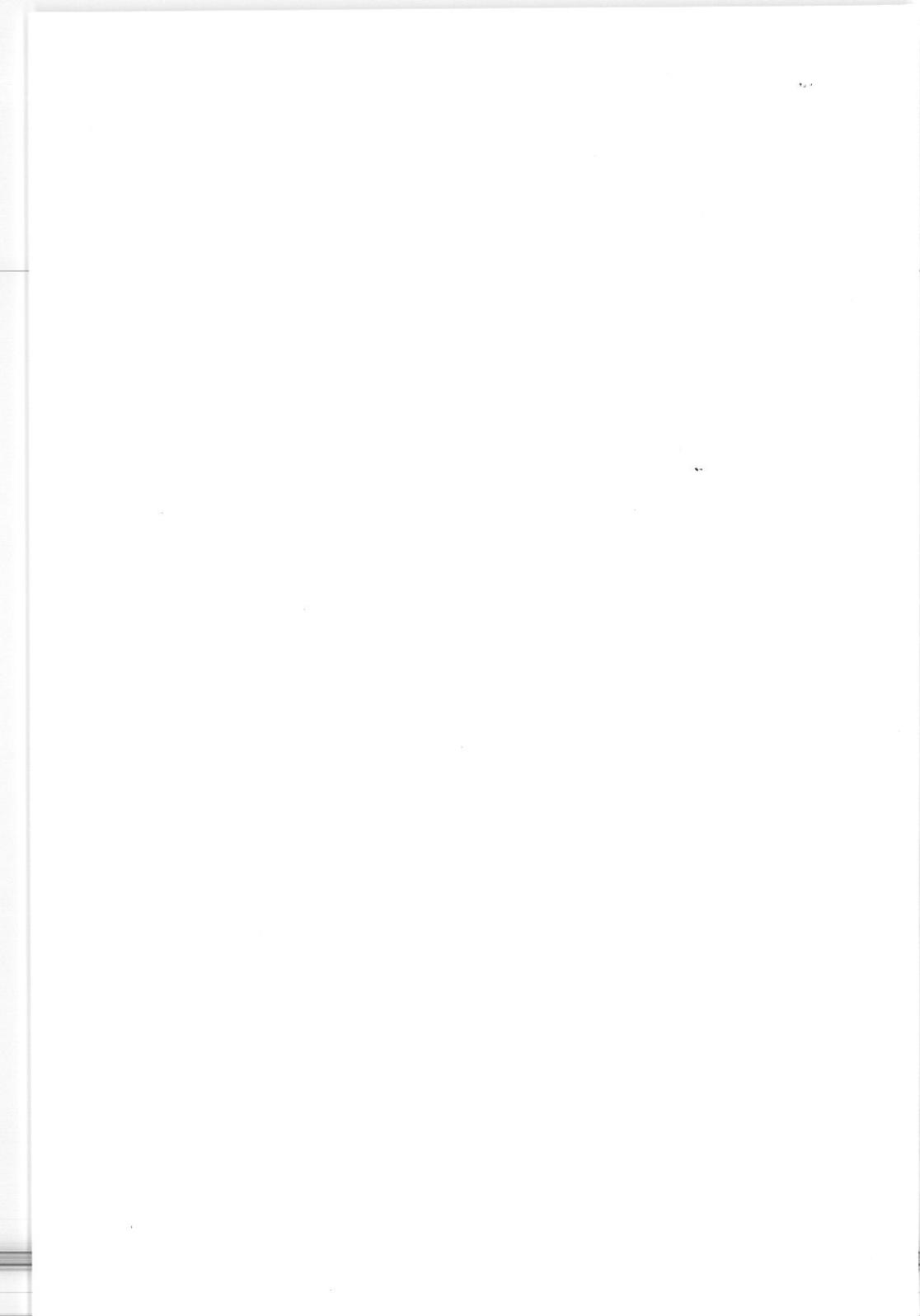
Zambia





IGREJA - COMUNHÃO
E
RECIPROCIDADE MISSIONÁRIA





IGREJA - COMUNHÃO E RECIPROCIDADE MISSIONÁRIA

INTRODUÇÃO

Caríssimos Superiores e Delegados da Região África,

Estou contente por dar-lhes as boas-vindas a esta reunião pan-africana sobre a animação missionária salesiana. Desejo-lhes que se sintam em clima de família e de ativa participação na compreensão e programação desta indispensável dimensão da identidade salesiana.

Esta reunião de Addis Abeba é a primeira que a Região África, erigida recentemente (CG24), realiza com o objetivo de chegar a uma progressiva consolidação da presença salesiana neste Continente. É certamente sintomático que o tema dirija-se especificamente à missionariedade. Não creio que se trate apenas de uma prioridade cronológica na programação do sexênio, mas de uma opção de campo voltada a sublinhar a peculiaridade missionária do Continente.

Fizeram-se no passado, na África e Madagascar, várias e diversas reuniões de acordo com determinadas temáticas e conforme as diversas geografias lingüísticas. Esses encontros obedeceram sobretudo a algumas urgências de fundação, expansão e organização estrutural do Projeto África.

Sentiu-se a necessidade de celebrar durante o sexênio apenas iniciado (1996-2002) alguns encontros mais direcionados às dimensões diversas e essenciais de uma região autenticamente salesiana em todos os seus aspectos. Este é, pois, o motivo fundamental que sugeriu a preparação, convocação e realização deste seminário.

Jamais no passado se tratara do tema da animação missionária como dimensão salesiana e eclesial das comunidades locais e das comunidades em raio de Delegação, Circunscrição com estatuto especial e Inspeção.

Em certo sentido, acreditava-se implícita ou explicitamente que a animação missionária se referisse quase que só às Inspeções e Igrejas de antiga cristandade em relação à sua contribuição missionária em favor das Igreja jovens. Esta é, pois, a ocasião propícia para aprofundar o significado teológico e pastoral da animação missionária à luz da mesma natureza da Igreja e da sua missão na história.

1. Fundamentação teológica

Considero imprescindível apresentar algumas considerações teológico-pastorais sobre a realidade da animação missionária. A literatura a respeito é muito ampla e variada. Limitar-me-ei a alguns elementos essenciais.

1.1 - Significado teológico-pastoral da animação missionária

- O termo "*animação*" sublinha sobretudo a motivação, o aprofundamento de perspectivas, o clima de espiritualidade e os aspectos da organização de uma determinada realidade.
- Animação* significa também levar pedagogicamente à luz aquilo que parece escondido ou latente e impelir à realização dos objetivos propostos.
- Animação* é ainda vontade explícita de atingir a meta proposta de forma orgânica, co-responsável e participada.
- O termo "*animação missionária*", na teologia cristã, refere-se diretamente à expansão da missão da Igreja: privilegia de modo

todo particular a primeira evangelização, a implantação da Igreja e os diversos conteúdos e meios de cooperação missionária.

Se a Igreja é missionária pela sua natureza, ela favorece e promove a animação missionária até fazer dela a "alma" da sua própria expansão. Em síntese, a animação missionária como realidade eclesial tende a manifestar-se como:

- dimensão global de toda a realidade cristã que faz da missão a sua mesma razão de vida;
- dimensão totalmente especial e urgente da Igreja católica que, enquanto "católica" (universal no espaço e no tempo), deve fazer-se presente no mundo todo e em todas as culturas e todas as realidades abertas à salvação;
- fato estritamente missionário que visa o envolvimento das Igrejas que enviam e as Igrejas que recebem numa inseparável relação de reciprocidade;
- atitude de espiritualidade missionária que tende a sublinhar a radicalidade do dom de si em vista da expansão do Reino de Deus;
- fato de projeto pastoral que tende a penetrar todas as outras dimensões de Igreja para enriquecê-las da novidade e frescor missionário.

A animação missionária no hoje da Igreja universal confronta-se com novas perspectivas e dificuldades inéditas. Devem-se as perspectivas favoráveis especialmente ao fato de hoje a Igreja sentir-se universal, católica, e em processo de globalização irreversível. Os meios de comunicação de massa eliminaram as distâncias e tornaram contemporâneas e co-presentes as diferentes geografias, culturas, relações sociais e eclesiais e o entrelaçamento de iniciativas. O magistério missionológico e missionário do Vaticano II (LG, AG, UR) e o Magistério pós-conciliar (EN, RM, DP) representam uma plataforma segura, sistemática e atualizada para uma ação missionária inteligente nas frentes da primeira evangelização, do diálogo inter-cultural, ecumênico e inter-religioso.

Naturalmente não faltam dificuldades, sintetizadas e reduzidas especialmente ao nó do relativismo religioso: como animar o anúncio renovado da Boa Nova de Jesus de Nazaré se o contexto que prevalece na sociedade pós-moderna é um contexto de relativismo religioso, de atomização de crenças e de busca de consumismo imediato?

A animação missionária na Igreja que está na África e Madagascar deve enfrentar o desafio de uma virada: assumir a tarefa ativa de um impulso missionário tal, que favoreça a generosidade missionária para com as Igrejas de outros Continentes e para com as Igrejas africanas que ainda têm espaços de primeira evangelização.

A virada é realmente de época porque no passado as Igrejas africanas consideravam-se quase que exclusivamente destinatárias e beneficiárias da ação missionária das Igrejas de antiga cristandade. Hoje a Igreja africana pós-sinodal deve assumir uma papel ativo de envolvimento missionário.

A realidade missionária salesiana é muito semelhante à eclesial: o lançamento e a fundação do projeto África representaram uma das páginas mais belas da história da expansão missionária da Congregação Salesiana. Quase todas as Inspetorias do mundo (não só as da Europa) foram envolvidas no impulso missionário. A animação missionária nas Inspetorias "que enviam" foi a base da Cooperação missionária espiritual, material e de pessoas.

Esse fluxo missionário beneficiou certamente a realidade salesiana embrionária da África e Madagascar e garantiu e consolidou o crescimento posterior. E com certeza a África contribuiu às Inspetorias de origem com um novo entusiasmo missionário e um frescor renovado de espírito salesiano. Surge hoje o desafio urgente de assumir a realidade da animação missionária como atitude de reciprocidade no interior da Igreja e no interior das

diversas circunscrições salesianas africanas em relação à realidade eclesial e salesiana intercontinental e universal.

1.2. - Igreja a serviço do Reino de Deus

Já indicamos que a realidade da animação missionária brota da natureza essencialmente missionária da Igreja. É imprescindível então apresentar em breve o fundamento eclesiológico da animação missionária. Sabemos que são muitas as imagens da Igreja que procuram descrever a sua misteriosa realidade. Nenhuma delas esgota-a completamente, mas cada uma delas exprime um aspecto do seu mistério.

Desejo sublinhar aqui algumas imagens de Igreja particularmente ligadas à sua natureza missionária. Igreja a serviço do Reino de Deus e Igreja Comunhão, Corpo de Cristo e Família de Deus.

Jesus de Nazaré representa em sua mensagem, em seu testemunho e em suas obras o Reino de Deus já presente. Ele anuncia-o como:

- ❑ um Reino de total conversão a Deus que cria uma nova pessoa, uma nova ordem e um novo mundo (*Cf Mc 1,15; Mt 5,3-12*);
- ❑ um Reino que é realização das esperanças e da utopia da humanidade (*CF Mt 11,4-5*);
- ❑ um Reino manifestado no perdão, compaixão e amor para com todos, especialmente com os pobres, os pecadores e os mais distantes (*Cf Lc 15*).

Em síntese, Jesus de Nazaré, já presença e realização do Reino de Deus (*Cf Lc 4,14-21*), consagra esse Reino como plenitude do amor e como intimidade com o Pai (*Cf 1Jo 4,8; Lc 11,2*).

Jesus de Nazaré, como enviado do Pai e como Bom Pastor, esteve sempre ao serviço do anúncio e do crescimento do Reino de

realidade brotada e exigida pela mesma essência da Igreja em missão, que anuncia a Boa Nova da Salvação e da comunhão.

2. Reciprocidade missionária

2.1. - Animação missionária

À luz destas reflexões eclesiológicas é evidente que a reciprocidade missionária, entendida como intercâmbio de dons, ministérios e serviços, interessa toda a realidade eclesial e todas as comunidades eclesiais. Nesse dinamismo recíproco nenhuma Igreja pode sentir-se excluída ou simplesmente recebedora. Todas, pelo fato de serem Igrejas, estão envolvidas na Cooperação missionária.

A animação missionária deveria privilegiar as seguinte áreas:

- área missionária "ad agentes": a animação missionária dirige atenção especial à realidade missionária de primeira evangelização tanto no Continente como em relação às Igrejas de outros continentes: é a área missionária por excelência.
- área missionária de inculturação: a animação missionária sublinha a urgência de levar à autêntica transformação dos valores culturais em valores cristãos e de favorecer a sua volta ao enraizamento do Evangelho nas diversas culturas africanas. A animação missionária não só favorece a inculturação missionária como também privilegia as opções a longo prazo e sobretudo as opções missionárias *ad vitam* como caminhos de encarnação e de assunção global de valores.
- área de organização e animação missionária: a animação missionária cuida da criação de estruturas missionárias em nível local, diocesano e inter-diocesano ao serviço do crescimento das atividades missionárias eclesiais e congregacionais. Promove também explicitamente a pastoral vocacional missionária tanto

em nível de vocações religiosas e sacerdotais como em nível de voluntários leigos.

2.2. - Cooperação missionária

À luz da RM (nn. 77-78), a animação missionária preocupa-se com os diversos níveis de cooperação missionária, como expressão prática e quotidiana da reciprocidade missionária e eclesial.

❑ **Cooperação missionária espiritual**

Através dela sublinha-se sobretudo que a fecundidade da mensagem depende substancialmente da graça de Deus e insiste-se na necessidade da oração recíproca como atitude de contemplação e de verticalidade. O intercâmbio de orações, sacrifícios e sofrimentos testemunha de fato o acompanhamento em profundidade da vida dos próprios missionários.

Cresce sempre mais, nas diversas Igrejas espalhadas no Continente, esta consciência de intercâmbio espiritual: comunidades religiosas, sobretudo contemplativas, comunidade de base, catequistas missionários, bispos e sacerdotes dedicam um espaço particular às intenções missionárias pela expansão do Reino no Continente africano e no mundo. Cresce assim uma ligação sempre mais profunda entre as Igrejas jovens e as Igrejas de antiga fundação.

❑ **Cooperação em nível de pessoal**

Constata-se positivamente o fato de terem surgido e surgirem ainda Congregações masculinas e femininas estritamente missionárias na África e Madagascar. Essa realidade é sinal evidente do amadurecimento progressivo da cristandade africana.

A reciprocidade do pessoal missionário manifesta-se como intercâmbio de dons entre:

- missionários provenientes de outros continentes em favor da África, especialmente como ajuda no campo formativo;
- missionários provenientes da África enviados a outras nações africanas (*Africa for Africa*), e a Igrejas de outros continentes;
- intercâmbio missionário de leigos provenientes sobretudo de antigas Igrejas à África;
- novas vocações missionárias africanas pertencentes a Institutos missionários internacionais, carismaticamente disponíveis para o envio *ad gentes* dentro e fora do Continente.

A realidade da cooperação missionária em nível de pessoal está alterando velozmente e exprime uma nova face.

□ **Cooperação econômica**

Ela é parte integrante da cooperação missionária entre Igrejas e é a expressão concreta da caridade de uma Igreja Família de Deus.

A direção da cooperação econômica missionária ainda é substancialmente em sentido único devido à trágica precariedade da situação econômica do Continente africano e, de conseqüência, das Igrejas do Continente.

Reconheceram-no os próprios bispos em suas intervenções no Sínodo Africano, sugerindo que as ajudas no futuro se voltassem especialmente à criação de fontes de autofinanciamento local.

É de dever notar, entretanto, que as Igrejas da África e Madagascar já estão tomando iniciativas corajosas em vista da cooperação econômica missionária entre as Igrejas de uma mesma nação e Igrejas de diversas nações: são iniciativas ainda parciais e

tímidas, embora sempre significativas. Nota-se uma progressiva mudança de mentalidade e uma nova aproximação da reciprocidade missionária.

Também a Igreja africana, portanto, começa a descobrir a verdade fortemente sublinhada pela RM: "a generosidade no dar deve ser sempre iluminada e inspirada pela fé: então, realmente, existe mais alegria no dar que no receber" (RM 81).

Conclusão

Caríssimos Irmãos, as reflexões teológico-eclesiais sobre a animação missionária para a África e Madagascar sugerem-nos novas atitudes nesta fase de consolidação das diversas presenças salesianas do Continente. Indico algumas delas. Convido-os a assumirem:

1. a atitude de abertura e colaboração sincera em relação aos encarregados e respectivas comissões diocesanas e nacionais das Pontifícias Obras Missionárias (POM) em vista de uma animação missionária eclesial orgânica;
2. a atitude de participação no espírito e animação missionária com os Institutos missionários que trabalham no mesmo território em vista de um intercâmbio enriquecedor de carismas missionários;
3. a atitude de integração recíproca com o Delegado Inspetorial e a Comissão inspetorial de Pastoral Juvenil e vocacional,
4. a atitude de intercâmbio generoso de pessoal entre Inspeorias, Delegações e Comunidades com Coordenação informal, especialmente no campo da formação inicial;

5. a atitude de disponibilidade (tanto dos missionários como dos jovens salesianos africanos) para trabalhar em outros países compreendidos na geografia das novas circunscrições, que nesta fase são necessariamente circunscrições internacionais;
6. a atitude de sincera união com as Inspetorias mães de origem, manifestada através do envio de notícias, visitas de superiores, de irmãos;
7. a atitude de acolhida e acompanhamento dos voluntários leigos provenientes de outros países;
8. a atitude de generosa cooperação econômica (o óbolo da viúva) para projetos missionários propostos pelo Dicastério para as Missões em vista da animação missionária de toda a Congregação;
9. uma atitude de intensa troca de dons espirituais (experiências de fé, de catecumenato e de oração) tanto com as Inspetorias de origem como com outras presenças salesianas africanas:

"A missão, de fato, renova a Igreja, reforça a fé e a identidade cristã, dá novo entusiasmo e novas motivações. *A fé reforça-se ao ser doada.* A nova evangelização dos povos cristãos encontrará inspiração e apoio no empenho pela missão universal" (RM 2).

P. Luciano ODORICO

Addis Abeba, 5 de maio de 1997

TRABALHO DE GRUPO

Reflexões emersas dos pontos apresentados na Conclusão

ENGLISH SPEAKING GROUP

(AFE, AFM, ZMB, Ethiopia, Sierra Leone)

1. All provinces noticed that this work of contacting Dioceses in Africa and get to know their work on evangelization and missionary animation is still at the first stage. Some Dioceses do not have any missionary office for animation, neither do they have any Pontifical Missionary work. The idea of dialogue with the Diocese and local clergy is not welcomed by all Salesians - some prefer to stay in their own schools and institutions - more difficult the cooperation and understanding with the local clergy.
2. Cooperation and dialogue with other religious congregations is generally good and healthy, but little or nothing is done in the field of "missionary animation", even by strictly missionary congregations.
3. None of our provinces has a missionary Delegate for Missionary Animation.
4. We should foster a general attitude that considers each salesian sent to work in Africa, not for a particular project or province. Exchange of personnel should be encouraged especially in the fields of initial formation and technology, with benefit for both the province and the individual.

Some Salesians are opposing the idea of working in other Countries: they are too attached to the projects of their provinces. During initial formation - especially for those

provinces that cover more than one Country - the African salesians should accept the "missionary ideal" and be ready to work in any Country, within the Province. In some provinces (AFE) all salesian candidates are sent to different countries - within the Province - for Practical Training.

5. We also said that "international communities" should be open and very sensitive, especially when accepting into their fold new African candidates for Practical Training or pastoral work. Should we accept Salesians coming over to our provinces for a contracted period of a few years? It is somehow difficult to set up a Province with "contractors". Although a five-years-commitment is acceptable.
6. More stress and conviction should be placed on the fact that we belong to a new Province. And the newly established province in Africa should make efforts to take care of the members fully (not send them home in case of illness). Visits of superiors and friends of the old "mother province", should not raise feelings of "homesickness". A better attitude of welcoming missionaries should be fostered in Salesians and houses of our "mother provinces", when missionaries go for homeleave or visits.
7. To accept lay volunteers is positive: they need this experience of work in developing countries and we should help them in this; they can challenge our "routine" work with the young; they are closer to young people. However, the lay volunteers should be thoroughly prepared before they come over to the missions and the community hosting them should also be prepared (with structures, accommodation, and proper definite work for them) and ready to follow them up.
8. It is a good idea to participate in the "world solidarity fund" of the whole Congregation and make our little contribution. This requires sensitizing and creating awareness among the Salesians and the communities.

The Salesian Missionary Day could help our communities and people to get to know the salesian missionary work.

9. A mutual bond of prayer should join all our provinces working in Africa, especially in those Countries most at risk. There could also be a mutual exchange of some people for spiritual recollections (yearly retreats) and workshops for confreres in formation.

AOB. During the GC24 there was a suggestion for an "English Desk" to circulate news about the English speaking world (replacing the English speaking Region) What is the position about that proposal?

GROUPE FRANCOPHONE (*AFC, AFO, ATE, MDG, Rwanda*)

1. Nous sommes venus en Afrique pour fonder des présences salésiennes au milieu d'Eglises déjà organisées dans certains domaines.

D'autres religieux travaillent dans les structures d'animation du Diocèse. Parfois il n'y a pas assez de collaboration et nous sommes repliés sur nos oeuvres. Nous devrions être par exemple, plus présents dans la catéchèse du Diocèse.

Il nous arrive de nourrir des préjugés envers le clergé local. Mais nous sentons aussi des préjugés de leur part envers nous. Il nous faut beaucoup d'humilité, parce que parfois cela crée de la jalousie.

Nous manquons quelquefois de souplesse pour nous intégrer dans la structure locale. Pourtant, dans d'autres régions il existe une très bonne collaboration dans l'animation des structures diocésaines et cela depuis pas mal d'années.

En général, la pastorale diocésaine s'enrichit et intègre assez bien les mouvements d'animation paroissiale; cependant nous y constatons l'absence des autres secteurs de notre charisme: les écoles, les centres de jeunes, l'*oratorio*, les écoles de formation professionnelle ...

Là où cela existe, nous sommes attentifs aux dispositions nationales de l'épiscopat pour l'animation missionnaire. D'autre part, nous devons être plus attentifs aux dispositions diocésaines pour les écoles du réseau catholique. En général la pastorale des jeunes est confiée aux salésiens.

L'expérience actuelle de l'adoption différenciée de langage au sein des confédérations entre religieux et prêtres diocésains pour la préparation au Jubilé de l'an 2000, constitue pour nous un défi: celui de nous ouvrir davantage à une programmation organique, tout en gardant notre charisme.

Parfois l'animation missionnaire organique est quasiment inexistante. Faut-il alors la créer? Nous croyons qu'à la base de l'animation missionnaire il y a la formation à une attitude ecclésiale missionnaire. Au milieu d'ombres et lumières, nous ressentons ce besoin comme une sollicitation pressante à plus de créativité dans l'animation pastorale et missionnaire.

2. Le partage de l'esprit et de l'animation missionnaire avec les Instituts missionnaires qui travaillent dans le même territoire se fait surtout entre Congrégations ayant le même charisme missionnaire.
3. La figure du chargé de l'animation missionnaire n'est pas encore claire chez nous. Le problème des "délégués" rencontre aussi un problème structurel dans les juridictions comprenant 8 ou 9 pays. Il y a aussi un problème de terminologie. Certains l'appellent "délégué pour l'évangélisation".

Nous trouvons que cette proposition devrait tout d'abord trouver sa place dans une conscience et une mentalité missionnaires globales dans le PEPS de nos Provinces, parmi les chargés de la pastorale des jeunes et des vocations. Il faudrait que ceux qui travaillent dans les différents domaines de l'animation pastorale de la Province puissent se rencontrer et travailler ensemble.

Il est important de créer cette "conscience et mentalité missionnaires" dans toutes les délégations. Les chapitres provinciaux et les provinciaux et délégués peuvent y contribuer fortement.

4. Une attitude comporte des engagements. En ce qui concerne l'échange de personnel entre Provinces, Délégations et Communautés, elle se vit de façon positive surtout au niveau de nos jeunes confrères africains. Nous y insistons lors de la formation initiale: nous sommes envoyés en mission non seulement dans notre propre province mais dans toute la région ou le continent. Nous nous posons la question du statut "missionnaire" de nos confrères qui changent à l'intérieur d'une même juridiction, de fait, "internationale".

Il faut renforcer l'échange au niveau culturel et au niveau des professeurs destinés à la formation, en ayant le souci de susciter en eux des motivations de générosité missionnaire.

Quel est notre témoignage de missionnaires européens? On demande une ouverture aux autres mais nous ne sommes pas très disposés à changer, à partager, nous sommes trop attachés à nos origines.

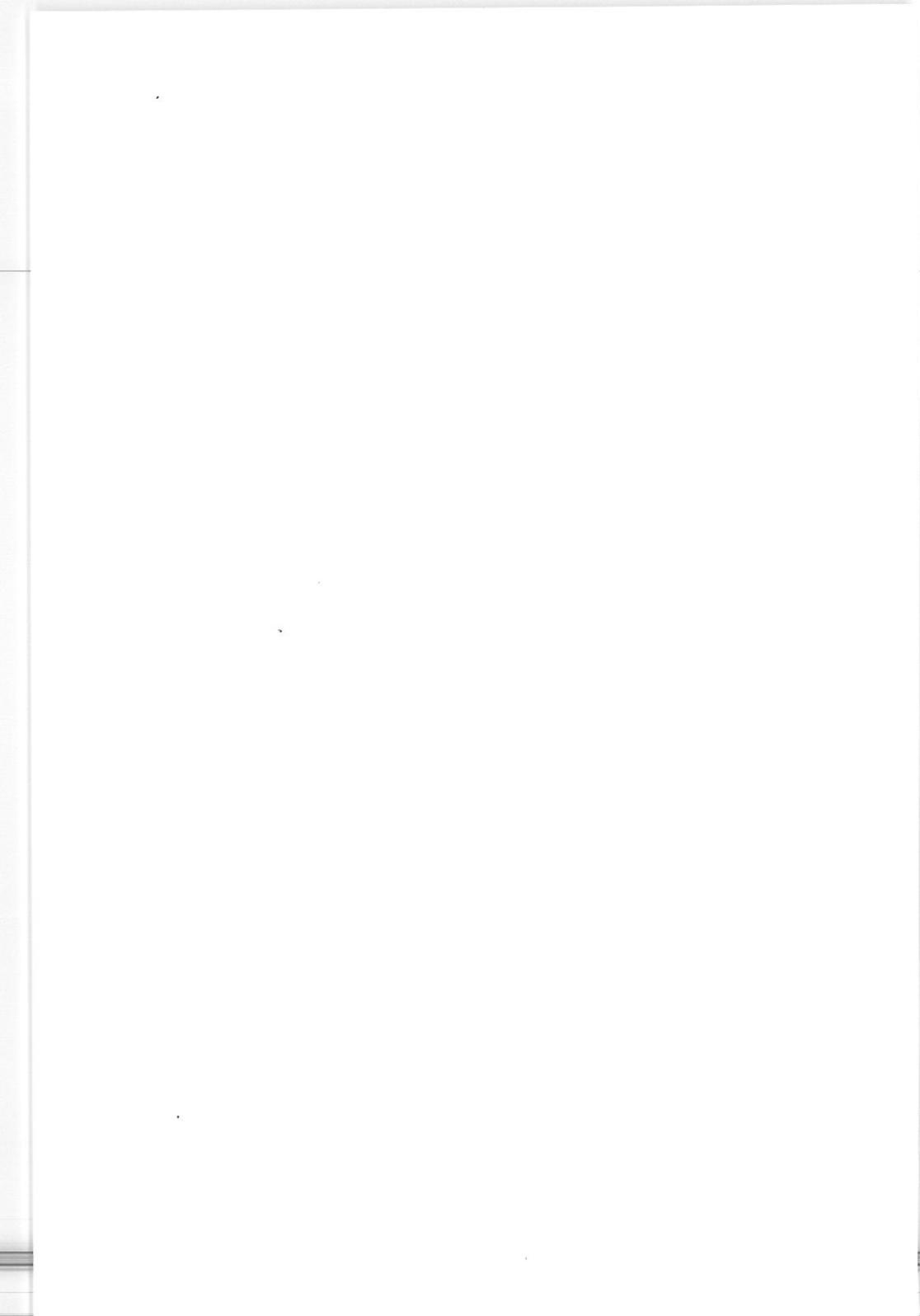
Nous pensons aussi qu'il faut nous poser le problème de la transition avec réalisme et souplesse.

5. La situation actuelle des Circonscriptions Internationales sollicite de la part de tous une conscience d'appartenance à la Province. Nous formons une seule et même Province, et tous nous devons être disponibles pour aller dans n'importe quel pays d'une même juridiction. C'est l'appartenance à la Province qui est importante.
6. L'union avec les Provinces-mères d'origine dépasse les visites réciproques. Il s'agit d'une réciprocité concrète basée sur les conventions établies et sur l'aide spirituelle réciproque. Quand nous parlons d'union sincère nous pensons que le sens d'appartenance à la nouvelle Province doit être clair. Il n'est pas bon d'entretenir dans son coeur une double appartenance et que le langage parfois trahit: "si ça ne va pas, je rentre en Europe", "chez nous en Italie, ou en France, etc ...". Ces façons de s'exprimer ne montrent pas un vrai esprit missionnaire.
7. L'accompagnement des volontaires missionnaires laïcs nous demande de bien définir et approfondir le sens du "volontariat laïc". Il faut que les volontaires soient convenablement préparés à la tâche missionnaire, avant et pendant leur expérience sur le terrain. Nous devons les accompagner du point de vue spirituel et missionnaire.

Nous nous demandons si les volontaires laïcs doivent être considérés dans le sens du CG24, c'est-à-dire, des non chrétiens aussi.

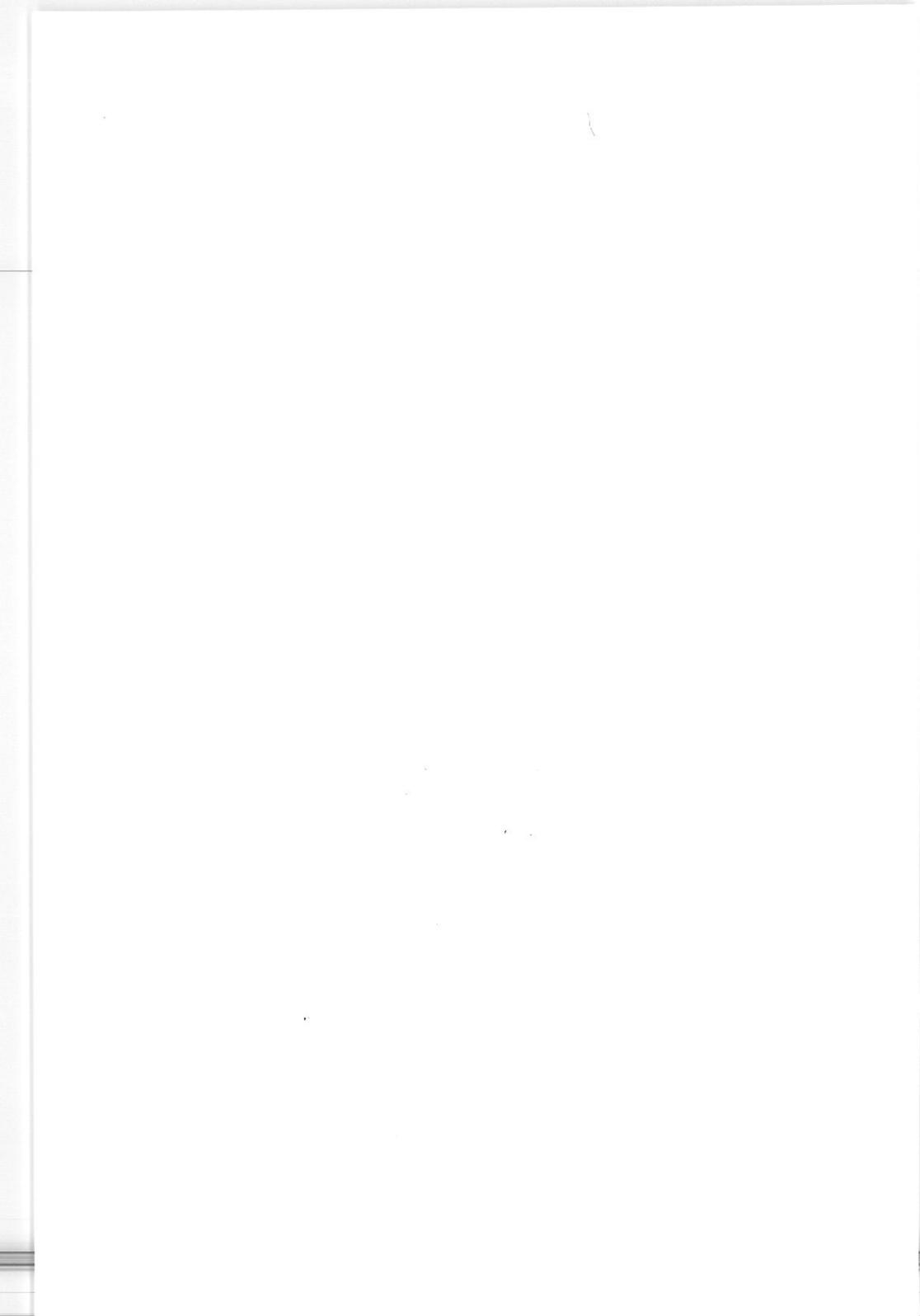
8. La coopération missionnaire se traduit déjà dans des gestes très concrets, par exemple lors de la campagne de solidarité pour le Rwanda. Nous pourrions envisager aussi une année de solidarité avec une présence missionnaire quelconque sur proposition et au niveau de la Région Afrique.

L'échange de dons spirituels s'exprime par une prière systématique des confrères pour la mission, mais aussi en soignant les dates du 11 de chaque mois, rappelant la première expédition missionnaire (*11 novembre 1875*) et en priant, spécialement à l'occasion des célébrations et veillées missionnaires, pour tous ceux qui travaillent plus directement dans la mission "ad gentes".



**Este Documento de trabalho foi submetido
ao estudo dos Delegados presentes ao encontro.**

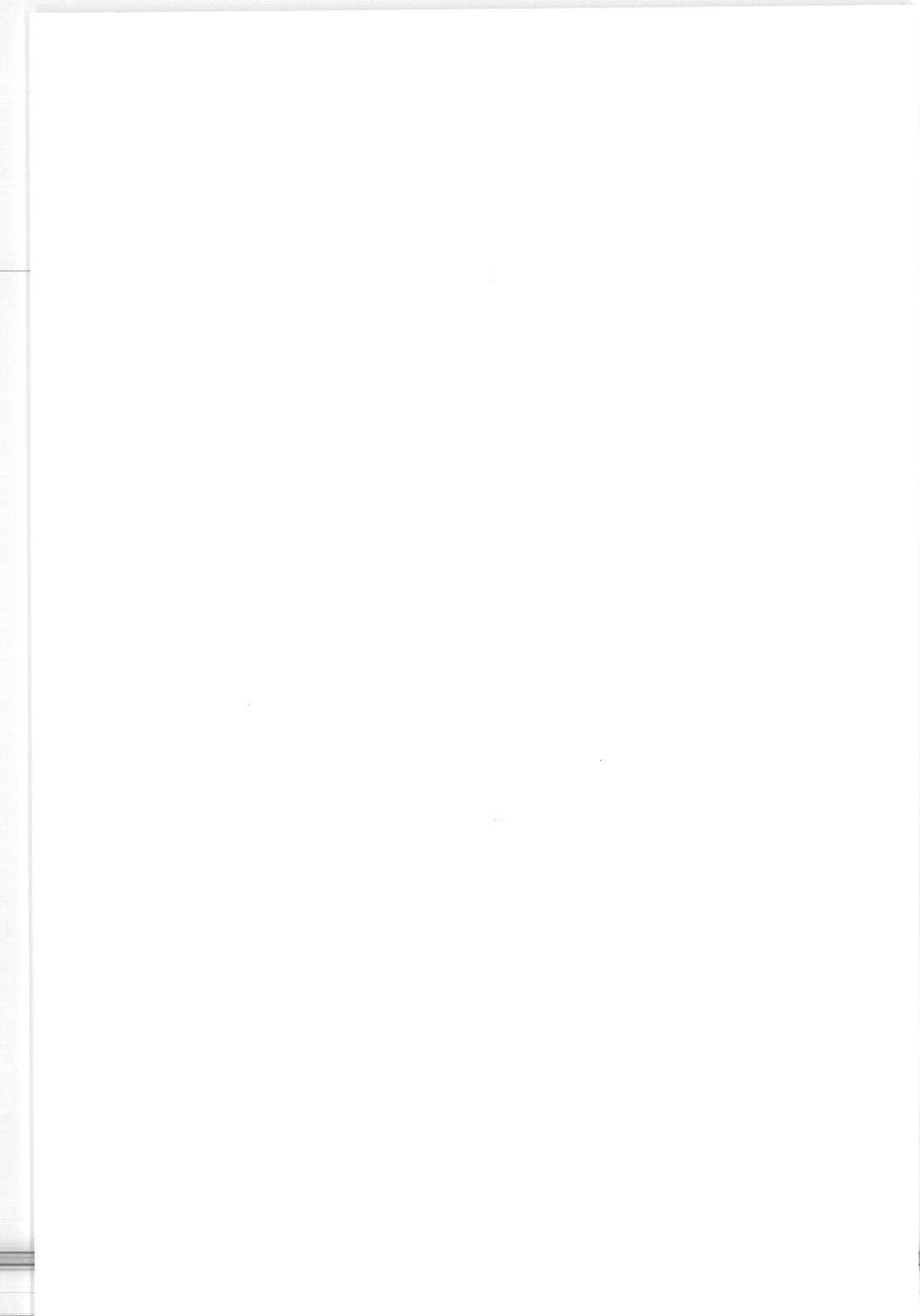
**As observações e as sugestões que foram
oferecidas serão tomadas em consideração
no final do texto.**



**O DELEGADO INSPETORIAL
DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA
VADE-MÉCUM**

INSTRUMENTO DE TRABALHO

Dicastério para as Missões Salesianas



O DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA ❖ VADEMECUM

Introdução

I - GÊNESE DA FIGURA DO DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA - *Breve percurso histórico*

- 1 - CG19 (1965)
- 2 - CGE (1971)
- 3 - As novas Constituições e Regulamentos da Congregação (1972)
- 4 - A celebração do Centenário das Missões Salesianas (1975)
- 5 - CG21 (1978)
- 6 - O Delegado Inspetorial de Animação Missionária

II - A ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA SALESIANA

1. A animação
2. A animação missionária
3. Os objetivos da animação missionária salesiana
 - Criar um clima missionário nas comunidades (Cf EDM, pp. 46-49)
 - Potencializar a vida daqueles "a quem somos enviados"
 - Reforçar a vocação salesiana dos Irmãos
 - Programar a práxis missionária

III - IDENTIDADE E TAREFAS DO DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA

1. Identidade do Delegado Inspetorial de Animação Missionária
2. Tarefas do DIAM
 - 2.1 - Manter viva a consciência missionária dos irmãos
 - 2.2 - Garantir um serviço qualificado de animação missionária
 - Um serviço de formação - conteúdos
 - Um serviço de sensibilização - meios
 - Um serviço de coordenação - pertença

IV - ORGANIZAÇÃO

1. Em nível Inspetorial e Local
2. Em nível Regional
3. Em nível Mundial

Conclusão

Documentação

JOÃO PAULO II, "Redemptoris Missio",
CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II
Constituições. Decretos e Declarações

Constituições e Regulamentos - SDB
Capítulo Geral 19 - SDB, Roma, ACG 244, 1966
Capítulo Geral Especial 20 - SDB, Roma, 1971

Educar à Dimensão Missionária, Dicastério para as Missões Salesianas.
Roma 1995.

L'Ispettore Salesiano. Un ministero per l'animazione e il governo della
Comunità Ispettoriale. Roma, 1987.

La propuesta pastoral de la ANIMACIÓN MISSIONERA SALESIANA.
Delegación Nacional Salesiana de Pastoral Juvenil, Madri, 1991.

MELIDA Antonio, La figura del delegado inspectorial para la
Animación misionera: responsabilidades, competencias, método,
in *Animación Misionera Salesiana, Primer Encuentro de
Delegados Inspectoriais de América Latina*. Lima - 1991. Roma,
1991.

ODORICO, Luciano,

- Lectura misionera del CG XXIII: «Educar a los jóvenes en la Fe», in *Animación Misionera Salesiana, Primer Encuentro de Delegados Inspectoriales de América Latina*. Lima-1991. Roma, 1991.
- Missionary Animation according to the Encyclical "Redemptoris Missio", in *Missionary Animation, First Meeting of the Provincial Delegates of Missionary Animation for Asia and Australia*. Bangalore - 1992. Roma, 1993.
- Missioni, Prassi Missionaria, Cooperazione Missionaria, Nuove Frontiere Missionarie, Animazione Missionaria, Urgenze. Roma, 1996.

SOCOL Carlo, Description of the Provincial Delegate for Missionary Animation: Identity, Responsibility, Competence, Organization, in *Missionary Animation, First Meeting of the Provincial Delegates of Missionary Animation for Asia and Australia*. Bangalore-1992. Roma 1993.

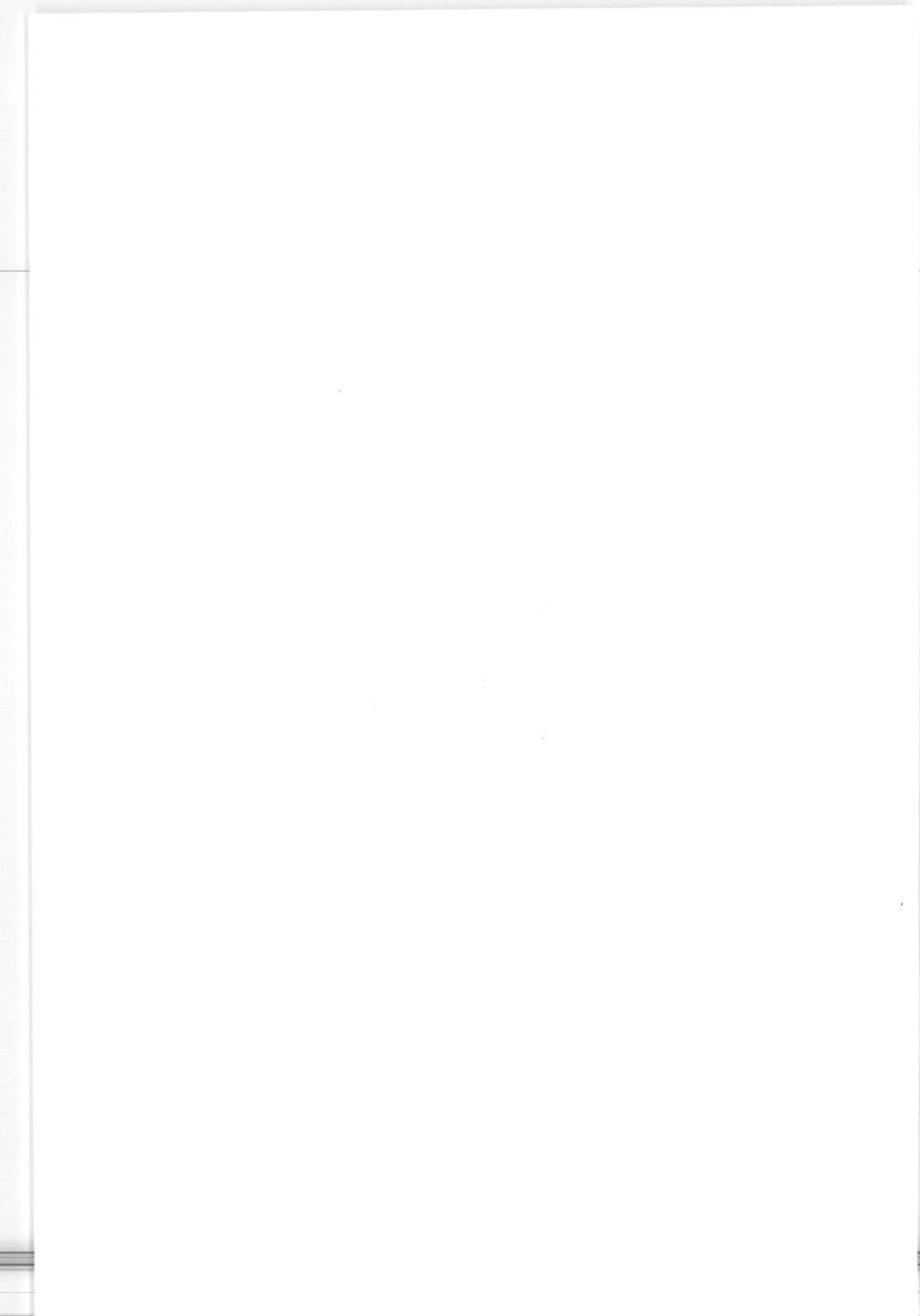
VAN LOOY Luc, *Animação Missionária*, ACG 323, 45-46.

VECCHI Juan Edmundo, *Pastorale Giovanile*, una sfida per la comunità ecclesiale. LDC 1992.

VIGANÒ Egidio, *Apelo do Papa para as Missões*, ACG, 336, abril-junho 1991.

Siglas

ACG =	Atos do Conselho Geral
AM =	Animação Missionária
AMS =	La propuesta pastoral de la Animación Misionera Salesiana. Madri, 1991.
CGE =	Capítulo Geral Especial
CG19 =	Capítulo Geral 19
Const =	Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales
DIAM =	Delegado inspetorial de Animação Missionária
DOMISAL =	Jornada Missionária Salesiana Mundial (ou: Domingo Missionário Salesiano)
EDM =	Educar à Dimensão Missionária
PJS =	Pastoral Juvenil Salesiana
R =	Regulamentos da Sociedade de São Francisco de Sales
RM =	JOÃO PAULO II, <u>Carta Encíclica "Redemptoris Missio"</u> , 1990.



O DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA ❖ VADEMECUM

Introdução

- 1 O presente documento parte principalmente da experiência de animação da Inspeção nos últimos anos, particularmente a missionária.

Hoje, a figura do Delegado Inspeccional de Animação Missionária (DIAM), não é nova: a Animação Missionária (AM) está presente e ativa em muitas Inspeccionarias e já se realizaram vários encontros para os Delegados Inspeccionarios de Animação Missionária em nível continental. Por várias razões, porém, essa figura ainda não é clara em todas as Inspeccionarias¹.

- 2 O presente *Vade-mecum* visa oferecer ao DIAM sugestões a respeito de sua posição, suas tarefas, das estruturas de AM que preside, no contexto mais amplo da Animação Pastoral da Inspeccionaria e em comunhão com ela.

Até agora as contribuições não foram abundantes sobre o DIAM. Referimo-nos essencialmente a elas, particularmente ao Documento "Educar à Dimensão Missionária"², que deve ser considerado como o 1º manual do DIAM.

As contribuições, porém, são suficientes para convencer que o DIAM:

- ♦ é necessário no conjunto da Animação Pastoral da Inspeccionaria,

- ♦ deve por isso ser reconhecido e apoiado em seu papel,
- ♦ precisa de uma certa continuidade em seu cargo para que a própria AM possa dizer-se "de qualidade" e ser, de alguma forma, eficiente.

Este Documento é confiado, no contexto de visão orgânica da pastoral salesiana, à atenção dos Inspetores, do Delegado de Pastoral Juvenil e do núcleo animador da Comunidade Educativa Pastoral

I - GÊNESE DA FIGURA DO DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA - *Breve percurso histórico*

- 3 É difícil dizer com exatidão, ao menos através dos Documentos, quando nasce a figura do Delegado Inspetorial de Animação Missionária. Ela vai delineando-se progressivamente através
- da virada conciliar da eclesiologia,
 - da renovação pós-conciliar da vida religiosa,
 - da progressiva consciência da dimensão missionária do nosso carisma,
 - do desenvolvimento das novas fronteiras missionárias dos últimos anos,
 - do esforço de cada Inspetoria em definir o próprio Projeto Educativo Pastoral,
 - da descoberta dos novos fenômenos sociais como a objeção de consciência e o voluntariado, a renovação da vida religiosa e o trabalho pelas vocações.

1. O CG19 (1965)

- 4 O CG19 (1965) pede que cada casa e Inspetoria promovam atividades para recolher ofertas para as Missões, unindo-se ao esforço de toda a Congregação, particularmente por ocasião da "*Jornada Missionária Salesiana*" e com a participação ativa de todas as associações.

O CG19 retém também como necessário estabelecer algumas Procuradorias missionárias em vários Países e "a instituição do *Escritório Missionário Central* sob a responsabilidade direta do Superior Encarregado das Missões" para que organize, coordene e promova "as atividades e os interesses missionários de toda a Congregação"³.

2. O CGE (1971)

- 5 O CGE (1971) percebe que é urgente suscitar uma nova consciência missionária entre os Irmãos a partir de sua formação inicial, e facilitar a preparação técnica de leigos voluntários a serem enviados em terra de missão. É um primeiro convite explícito para que os destinatários participem do esforço missionário dos Salesianos.

Diante da diminuição do entusiasmo pelas vocações missionárias, não faltam sinais de iniciativas generosas para experiências missionárias no Terceiro Mundo, mesmo se não muito bem definidas em sua identidade.

É também o CGE (1971) quem cria o *Conselheiro para as Missões* "para animar, coordenar e promover a atividade missionária salesiana em todos os níveis"⁴.

- 6 Verifica-se *nos anos posteriores ao CGE (1971)*, uma **mudança de mentalidade** através da progressiva tomada de consciência da *comum vocação missionária da comunidade inspetorial*; esta já não se contenta em "deixar partir" os irmãos para as missões, mas começa a enviá-los por sua iniciativa. A ponte espiritual que nasce entre o missionário e a sua Inspeção ajuda também a incrementar a consciência missionária entre os Irmãos e os jovens.

3. As novas Constituições e Regulamentos da Congregação (1972)

- 7 **As novas Constituições e Regulamentos da Congregação (1972)** pedem que o Inspetor com o seu Conselho *fixem as normas para a animação e coordenação da ação missionária*⁵. A criação de Procuradorias Missionárias mundiais e inspetoriais, e o encorajamento de "gemellaggi" parecem ser o melhor caminho para atingir o objetivo.

O impulso missionário revela-se logo um meio eficaz para a renovação da Congregação⁶. As comunidades locais e inspetoriais são as primeiras a serem solicitadas nesse esforço.

4. A celebração do Centenário das Missões Salesianas (1975)

- 8 A celebração do Centenário das Missões Salesianas (1975) convida as comunidades a realizarem no próprio nível as variadas iniciativas em vista desse acontecimento providas do Centro e a nelas envolver concretamente a Família Salesiana (ACF 277).

Nessa ocasião

- fixa-se o *1º Encontro dos Delegados Inspetoriais da Itália* tendo como objeto de estudo a Animação Missionária (*Roma - São Tarcísio, 16 de novembro de 1975*). Dirigindo-se a eles, o Reitor-Mor, P. Luigi RICCERI, indica algumas linhas de ação a serem preparadas nas Inspeções em vista do centenário das missões salesianas,

- reúnem-se também 34 jovens cooperadores e 6 Salesianos do movimento "Terra Nuova" para estudar *a forma de sensibilizar as pessoas do próprio território à vocação missionária*.

5. O CG21 (1978)

- 9 A fim de atingir esses objetivos, o **CG21** (1978) sublinha a importância da animação missionária e da qualidade da reflexão sobre ela em nível de comunidades locais e inspetoriais para nelas incrementar uma maior *consciência missionária*.

Pensa-se então em vários tipos de serviço missionário como Centros e Procuradorias e na oportunidade de estender o movimento missionário salesiano aos leigos.

A **idéia de "Animação"** torna-se assim, em nível global de Congregação, uma "palavra-chave" nas intervenções de variados gêneros; entretanto ainda faltam aqueles que se possam encarregar com competência e de modo orgânico de todos os setores de animação de uma Inspeção.

O período que vai de 1978 a 1987 vê aumentar a literatura missionária salesiana, sobretudo aos cuidados do recente Instituto Histórico Salesiano, e uma renovada atenção às missões, particularmente com a explosão do *Projeto África*.

6. O Delegado Inspeção de Animação Missionária.

6.1 - A proposta de um Delegado Inspeção de Animação Missionária

- 10 Quem propõe a criação de um Delegado Inspeção de Animação Missionária é o Conselheiro para as Missões, P. Luc VAN LOOY: "*O Inspetor escolhe um irmão idôneo e capaz como **delegado inspeção** a fim de coordenar os diversos setores da Inspeção no campo missionário, sensibilizando de modo qualificado os irmãos e os jovens*⁷."

Entretanto a idéia do DIAM já é realidade nas Inspeções em vista da expansão missionária, sobretudo por ocasião do Projeto África. Progressivamente, a necessidade de ter um Encarregado Inspeção para as missões passa de um nível de organização logística ao mais vasto da Educação à Dimensão Missionária.

Falando sobre o *Projeto ÁFRICA*, o P. Viganò exprime-se assim: "*Vocês todos, queridos Irmãos, mas especialmente os Inspetores e os Delegados Inspetoriais, devem saber animar com inteligência e constância os vários grupos da Família Salesiana neste novo impulso missionário*"⁸.

6.2 - O Manual do Inspetor

- 11 Encontra-se a primeira referência oficial no Manual do Inspetor que afirma: "*é tarefa de todo inspetor promover o espírito e o empenho missionário*"⁹. De fato é função sua com seu Conselho "*fixar as normas para a animação e coordenação da ação missionária*"¹⁰.

A fim de melhor compreender e tornar esse encargo mais eficaz, o manual sugere que o DIAM

- coordene o próprio trabalho com a comissão para a pastoral juvenil,
- participe das comissões inspetoriais de *pastoral juvenil e de formação*,
- colabore com os demais grupos da Família Salesiana.

A animação missionária, porém, parece ainda muito circunscrita, vaga e ocasional. Registra-se, com efeito, um maior empenho nas Inspeorias onde existe *uma animação global "de qualidade"*, coordenada e de enriquecimento recíproco entre os vários setores que a compõem.

6.3 - Deram grande impulso à AM e à figura do DIAM nos últimos anos:

- 12 A Encíclica "Redemptoris Missio"¹¹

- ❑ As diversas contribuições de aprofundamento da Encíclica, particularmente a carta do P. E. VIGANÒ, Apelo do Papa para as Missões¹²;
- ❑ Os encontros de DIAM nos últimos dois sexênios, tanto em nível mundial (*Roma 1987*) como Continental (*Madri 1989; Lima 1990; Bruxelas 1991; Bangalore 1992; Roma 1994; Belo Horizonte 1995*).
- ❑ La propuesta pastoral de la Animación Misionera Salesiana, Edição conjunta da Delegación Nacional Salesiana de Pastoral Juvenil da Conferência Ibérica dos Salesianos e das Inspetorias das FMA da Espanha, 1991. Apresentando esse Documento, o Conselheiro Geral para as Missões Salesianas, P. L. Odorico, aprova-o e encoraja a sua difusão num raio maior.

II - A ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA SALESIANA

1. A animação

- 13 Fazer "animação" significa mover-se no interior de uma profunda energia e atividade espiritual, sendo fonte de vida e harmonia, de crescimento e coesão entre todos os elementos de um organismo vivo.
- Fazer "animação" não quer dizer impor a partir de fora, mas motivar, persuadir, estimular, encorajar, promover atitudes e relações interativas. Ela implica a capacidade de trabalhar com outros, de saber receber deles, sem por isso perder de vista o próprio papel de animador.
 - Em contexto de comunidade religiosa, a animação coloca-se como orientadora de iniciativas aptas a favorecer atitudes comportamentais e vitalidade. Ela exige nesse caso uma participação madura e constante entre seus membros, no respeito do papel de cada um. **Toda verdadeira animação inevitavelmente suscita responsabilidade e envolvimento.**
 - "Animar" é mais uma arte a ser aprendida, um dom de Deus igual ao da oração e da fraternidade. O animador sabe que a sua força interior lhe vem do Espírito, Ele é a fonte de onde tirar continuamente as próprias energias. A criatividade, a capacidade organizativa, a planificação, por muito importantes que sejam, não podem suprir, antes, precisam de uma profunda espiritualidade.
 - Tanto o Magistério da Igreja¹³ como a práxis salesiana¹⁴ sublinham essa dimensão, que o nosso carisma enriquece com a caridade pastoral e com a opção preferencial pelos pobres¹⁵.

2. A animação Missionária em sua dimensão teológica¹⁶

- 14 "Animação" é, de per si, um termo inter-disciplinar. O adjetivo "missionária" distingue-a essencialmente de outros tipos de animação como cultural, recreativa ou social, etc.

Qual o fundamento teológico de uma animação estritamente missionária? São três os elementos que estão em sua base.

2.1 - Fundamento Cristológico

- 15 Não há qualquer dúvida de que o próprio Cristo seja o ponto de referência dos conteúdos e o modelo de inspiração da AM.

A referência absoluta a Cristo deve-se ao fato de ser Ele o revelador definitivo do plano de salvação do Pai, de que Ele está com o Pai, e que Ele é a realidade divina feita história humana.

Ele não só nos fala da vida íntima divina como no-la comunica em si mesmo e através de si mesmo: é toda a sua pessoa, a sua mensagem e, sobretudo, o seu mistério pascal que nos levam, que nos animam na direção do Pai.

Jesus Cristo é o primeiro missionário, é o missionário por excelência porque é o único Mediador: a sua vida é mensagem de salvação e a sua palavra e as suas ações são os instrumentos de animação para o encontro entre Deus e os homens.

2.2 - Fundamento Pneumatológico

- 16 A missão única levada a termo por Jesus Cristo de uma vez por todas é animada e acompanhada na história da Igreja pelo Espírito Santo.

O Espírito Santo é o Espírito de Jesus Cristo, é o Espírito que procede do Pai e do Filho, é o Espírito que anima, inspira, dá força nova, abre à novidade e impele a novas fronteiras, sobretudo às fronteiras "ad gentes".

Mesmo etimologicamente *espírito e animação* são sinônimos e indicam uma ação transformadora a partir de dentro.

A expansão missionária na história da Igreja e, portanto, também a AM inseparavelmente unida a ela, foi sempre atribuída à ação do Espírito Santo.

2.3 - Fundamento Eclesiológico

- 17 A Igreja é, na história, sinal e sacramento de Cristo. Ela é o fruto da atividade missionária de Jesus, ela é animada e constantemente impulsionada na expansão missionária pela ação santificadora do Espírito.

A finalidade de sua existência é a missão salvífica porque ela é essencialmente uma comunidade enviada para salvar a todos. A RM diz explicitamente que a missão revela a natureza mais íntima da Igreja¹⁷.

Como decorrência, a AM é o instrumento e a alma do seu entusiasmo pastoral e de sua espiritualidade.

- 18 A Igreja sempre sublinhou ao longo de 20 séculos de história a dimensão missionária como essencial, tanto no território de cada Igreja local como em territórios missionários "ad gentes".

Ela fez da AM a dimensão transversal de todas as várias componentes de sua atividade de promoção humana, evangelização e implantação de Igrejas.

Através da AM, a Igreja viveu a realidade enriquecedora da reciprocidade missionária entre as diversas Igrejas locais. Essa reciprocidade foi por sua vez instrumento de Comunhão da Igreja universal.

3. A Animação Missionária Salesiana

3.1 - A Animação Missionária

- 19 "Por Animação missionária, entendemos qualquer atividade realizada para criar e manter viva a consciência missionária dos jovens e das comunidades"¹⁸.

A animação missionária distingue-se de qualquer outro tipo de animação pelo objeto que lhe compete. A espiritualidade que a inspira *"não é uma outra espiritualidade, mas a mesma, intensificada e particularmente iluminada pela ótica do envio «ad gentes»"*¹⁹.

3.2 - A animação missionária salesiana

- 20 A animação missionária salesiana não pode prescindir da animação ditada pelo Projeto Educativo Pastoral da Inspeção e, em nível mais global, das orientações da Congregação.

"Reconhecemos no trabalho missionário um traço essencial da nossa Congregação" que "mobiliza todos os compromissos educativos e pastorais próprios do nosso carisma"²⁰.

De seu lado, a AM é *parte integrante* da PJ, insere-se em suas estruturas de animação *como mentalidade global e dimensão essencial*. Ela comporta de fato "uma intensa relação com o compromisso educativo-cultural e com a perspectiva vocacional"²¹, capaz de envolver irmãos, grupos juvenis e membros da Família Salesiana.

"Os interesses educativos e o despertar da consciência missionária são dois percursos que podem coexistir e interagir, sendo um de estímulo para o outro: a fé move o interesse missionário, e as missões impulsionam os processos de fé e o crescimento da comunidade"²².

21 Por isso:

- ❑ A Inspeção não pode respirar sem uma verdadeira e entusiasmada AM, da qual participam todos os irmãos desejosos de viver a própria consagração até às últimas conseqüências da "sequela Christi".
- ❑ É necessário partir da análise da realidade de cada Inspeção para definir as urgências e as opções prioritárias da Animação Missionária em diálogo com os demais setores da Animação Inspeccional.
- ❑ O esforço pela Animação Missionária, sobretudo nas Inspeções até há pouco "receptoras", leva a testemunhar hoje a própria maturidade enviando os próprios missionários.

É preciso recordar, porém, que em contextos de fronteira e de primeira evangelização, os limites geográficos de intervenção especificamente missionária vão além dos indicados pelo projeto inspeccional específico e abrem-se a outros setores da sociedade e da Igreja local.

3.3 - Objetivos da animação missionária salesiana

- 22 ♦ **Criar clima missionário nas comunidades:**²³ *"A comunidade é sobretudo missionária, ou seja, faz da missão a sua razão de ser e de agir"*²⁴.

- ❑ A Animação Missionária não esgota-se em atividades particulares desligadas do conjunto do projeto comunitário e inspetorial, nem se limita à ajuda econômica.
- ❑ O primeiro campo da AM é a comunidade chamada a crescer a partir de dentro, colocando-se ela mesma em estado de missão, pronta a "ser visitada pelo evangelho e a abrir-se à universalidade da Igreja"²⁵.
- ❑ A perspectiva "missionária" de uma comunidade implica uma comunidade viva, consciente e responsável na missão da Igreja, empenhada portanto na paciente evangelização, que não se contenta em dar e fazer crescer, mas procura enriquecer-se das riquezas dos outros, que não se fecha em si mesma nem se limita a sustentar as próprias expansões missionárias.

As riquezas de uma Igreja - também "de" missão - mede-se pela sua capacidade de gerir os próprios compromissos educativos e pastorais com espírito missionário, de partilhar a fé com os demais, abrir-se à universalidade da Igreja e da Congregação, sempre em tensão para o anúncio e o testemunho do Evangelho em todas as criaturas.

23 ♦ **Envolver os jovens**

- ❑ Qualquer intervenção com perspectiva missionária veicula consigo o dinamismo do Evangelho, oferecendo aos destinatários a própria fé e educando-os a ela através do diálogo, do testemunho, do empenho pelo homem todo, da atenção aos mais pequenos...
- ❑ Quem entrasse em contato com uma comunidade educativa aberta à missionariedade deveria sentir-se, ao

menos de alguma forma, provocado a colocar-se perante a questão do próprio estilo de vida²⁶, a ponto de

- ♦ "suscitar neles o ardor da fé que os transforma em testemunhas e anunciadores críveis"²⁷;
- ♦ "tornarem-se eles mesmos protagonistas da missão através do serviço social, do voluntariado, dos movimentos e grupos missionários"²⁸.

□ A AM nesse sentido potencializa a vida "daqueles que são enviados", particularmente os jovens.

"O despertar da consciência missionária *para conseguir novos níveis de fé e de empenho* é típico de grupos e movimentos que possuam um interesse específico pelas missões, pelo desenvolvimento dos povos, pela colaboração internacional: *a experiência missionária transforma-se então em itinerário de crescimento humano e de amadurecimento da fé*"²⁹.

24 ♦ Promover e incrementar novas vocações missionárias

A realidade missionária abre sempre novos horizontes e revela zonas de fronteira onde estão em causa o sentido e o futuro do homem. Por isso ela possui uma forte carga motivacional para o crescimento e o discernimento de muitas vocações.

A colaboração recíproca nesses dois setores da pastoral encontra um terreno fecundo na proposta de valores inalienáveis para a maturidade humana e cristã, como:

- gratuidade,
- saber colocar-se em relação com outros,
- abertura mental ao mundo,
- disponibilidade à escuta,
- capacidade de adaptação,
- dom total de si em experiências de voluntariado,
- empenho na evangelização e na catequese,
- resposta generosa à vocação religiosa e/ou sacerdotal.

A AM reforça também a fé e a vocação de quem se responsabiliza por ela. Notou-se nos últimos decênios, e não por acaso, uma coincidência entre compromisso missionário e renovação da Vida Religiosa: o espírito missionário como caminho de renovação³⁰, a generosidade como impacto sobre a vitalidade e a qualidade dos membros de um Instituto.

"A missão, de fato, renova a Igreja, dá novo vigor à fé e à identidade cristã, dá novo entusiasmo e novas motivações. A fé reforça-se ao ser doada"³¹.

III - IDENTIDADE E TAREFAS DO DELEGADO INSPETORIAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA

1. Identidade do Delegado Inspetorial de Animação Missionária³².

25 O Delegado Inspetorial de Animação Missionária é um homem de espiritualidade, de ação e de organização eficiente, uma pessoa que sabe responder com inteligência e entusiasmo ao encargo recebido.

Pede-se-lhe pois capacidade de diálogo, que saiba tecer uma rede de relações tais que qualquer incentivo de proposta missionária, venha de onde vier, possa ser levada em consideração no seu justo nível e seja por ele levada a um ótimo resultado.

Conscientes das dificuldades de pessoal, é não menos necessário recordar que quem for escolhido para esse encargo na Inspeção "seja uma pessoa que possa exercer efetivamente o seu trabalho e seja nele encorajado"³³.

"A *vocação especial* do missionário não é «uma exceção em relação aos outros irmãos, mas a expressão mais viva e mais generosa da vocação de todos. Ela, de fato, manifesta uma condição à índole própria do carisma comum»"³⁴.

2. Tarefas do DIAM

As tarefas do DIAM resumem-se essencialmente nos seguintes serviços:

2.1 - Manter viva a consciência missionária dos irmãos

- 26 **A primeira tarefa do DIAM é manter viva a consciência missionária na Inspetoria**, ajudando-a a viver todos os seus setores de vida e de animação com espírito missionário.

"O esforço missionário da Congregação é chamado hoje a crescer em intensidade e qualidade e também a estimular a qualidade pastoral de todas as presenças"³⁵.

Essa **memória missionária**, refere-se também ao que se acenou mais acima a respeito do conhecimento da **história das missões salesianas**, mas sobretudo à **memória ou testemunho pessoal da fé**: *"Alguém é missionário antes de tudo por aquilo que é, e não tanto por aquilo que diz ou faz"³⁶.*

2.2 - Garantir um serviço qualificado de animação missionária

- 27 Ele o fará sobretudo sensibilizando as comunidades locais a serem "missionárias" no contexto de Igreja local e de Projeto Educativo Pastoral da Inspetoria³⁷. Segue-se-lhe que **"o Projeto de Animação Missionária seja integrado com o Projeto de Pastoral Juvenil em nível local e inspetorial"**³⁸.

Podemos percorrer esse serviço de animação sob vários aspectos interdependentes. São eles:

□ O serviço de formação - conteúdos

- 28 □ O primeiro serviço a ser oferecido à comunidade inspetorial e local é um PROJETO de Animação Missionária, *simples, concreto e realístico*.

Não existe "animação" sem "projeto". O papel do Delegado é justamente o de dar atenção à sua redação, realização e revisão.

Ele não é um projeto diverso e adicional ao mais global já existente "educativo e pastoral" da Inspeção, mas uma sua **releitura e aplicação prática com ótica missionária**.

O DIAM ajudará a **programar e rever a dimensão missionária do Projeto pastoral** das comunidades locais, sobretudo a partir dos apelos vindos da situação real dos jovens e das urgências criadas pelos novos areópagos para uma nova evangelização³⁹.

- 29 Cria e atualiza a documentação de base sobre as missões, encoraja e revê o quanto a dimensão missionária esteja presente nos noticiários inspetoriais e no Boletim Salesiano local.
- Procura interessar as comunidades e os grupos sobre temas de missionologia, história das missões salesianas, atividades missionárias na Igreja e na Congregação. Verifica e sugere que esses conteúdos estejam presentes na programação inspetorial para a formação permanente dos irmãos e nos encontros da Família Salesiana.
- 30 Nas Inspeções com extensão missionária fora do próprio território, o DIAM informará os irmãos missionários interessados sobre as possibilidades de cursos de missionologia e currículos afins nos Centros de formação missionária e Universidades.
- 31 Na formação cristã dos jovens, ele verificará e insistirá para que nunca falem referências aos valores mais sentidamente cristãos e mais próximos à radicalidade da missão:

“urgência do Reino, contemplação, disponibilidade total à escuta da Palavra de Deus, pertença comunitária, serviço gratuito, empenho solidário "para a paz, a justiça, os direitos do homem", ser semente de Evangelho para a transformação da realidade segundo as Bem-aventuranças, amor pelos pobres, presença nos lugares de sofrimento para dar renovada esperança...”⁴⁰.

O DIAM levará também em conta em suas intervenções e no Projeto de AM as sugestões do Documento "Educar à dimensão missionária" no que diz respeito aos conteúdos relativos: Iº - aos aspectos de missionariedade, IIº - à leitura missionária da caminhada de educação à fé, IIIº - à leitura missionária da espiritualidade juvenil salesiana.

Falará disso nos encontros de programação e de formação com os encarregados da animação missionária nas diversas comunidades da Inspeção.

- 32 Nas Inspeções onde se realiza o catecumenato, o DIAM dará a própria contribuição para que as estruturas e conteúdos desse percurso de iniciação garantam a qualidade dessa experiência fundamental para a vida cristã.
- Recordar-se, em contexto de educação dos jovens à fé que a meta a ser alcançada é Cristo e viver em comunhão com Ele⁴¹. "A missão não se funda nas capacidades humanas, mas no poder do Ressuscitado"⁴².
- 33 O primeiro destinatário da Animação Missionária é o próprio Delegado de Animação Missionária. Ele assumirá, então, como "cada salesiano, a responsabilidade da própria formação"⁴³.

O DIAM procurará adquirir progressivamente uma sólida formação missionária e espiritual, para não fundar o seu serviço de animação *"nas capacidades humanas, mas no poder de Deus"*⁴⁴.

Diz ainda a RM que, *"antes ainda de ser ação, a missão é testemunho e irradiação"*⁴⁵, *"exige uma espiritualidade específica"*⁴⁶, *"a comunhão íntima com Cristo"*⁴⁷. *"O missionário, se não é um contemplativo, não pode anunciar Cristo de modo crível. Ele é testemunha da experiência de Deus"*⁴⁸.

Um serviço de sensibilização - os meios

- 34 Toda animação, além dos conteúdos a serem transmitidos, precisa da comunicação e da atuação concreta de intervenções programadas. É óbvio que o DIAM esteja familiarizado com as leis elementares da **comunicação social** e dos processos postos em ação pela **dinâmica de grupo**.
- Sugerimos alguns caminhos de atuação para criar na comunidade educativa e facilitar a comunicação sobre os conteúdos da missão⁴⁹:
- 35 Favorecer a criação e o desenvolvimento de **grupos missionários**, garantindo que eles:
- tenham uma referência específica aos conteúdos da missão,
 - estejam a serviço da comunidade educativa e da Igreja local,
 - sejam abertos e dedicados ao conhecimento do território e aos "mais distantes"⁵⁰.

- 36 ♦ Encorajar e desenvolver o **voluntariado missionário**.

Por isso, o DIAM:

- certifique-se que os candidatos ao voluntariado sigam um itinerário formativo segundo os programas existentes em nível nacional e interinspetorial;
 - garanta o acompanhamento dos voluntários durante a sua experiência e sobretudo ao retorno para que sejam testemunhas ativas na comunidade cristã que os enviou;
 - solicite a colaboração deles na formação de outros voluntários e na animação de grupos missionários.
- 37 ♦ Envolver a criatividade da comunidade educativa para a **celebração da Jornada Missionária Mundial e Salesiana (DOMISAL)**.
- A "jornada" deverá ser precedida por uma preparação em todas as comunidades locais, empenhando os encarregados da animação missionária nas comunidades locais e solicitando-lhes criatividade.
 - Para essa finalidade, servir-se-á também dos vários meios a sua disposição: o material enviado pelo Dicastério para as Missões Salesianas, a multiplicação dos eventuais *gadget* nele contidos ou fruto da própria criatividade, o noticiário inspetorial, o boletim salesiano local.

- 38 ♦ **Manter contato com os missionários:** os da própria Inspetoria e os de passagem, que retornam à pátria ou são convidados.
- Programar encontros com eles, de modo informal, convidando-os para celebrações, encontros, fóruns...
 - Convidar também outros para celebrações, painéis, jornadas de formação missionária.
 - Programar cursos de exercícios espirituais animados por missionários ou por especialistas em missionologia.
- 39 ♦ **Referir-se às experiências missionárias.**
- Solicitar dos encarregados locais que mantenham vivo o testemunho dos missionários que vivem, trabalham com dificuldades e sofrem em zonas de fronteira e de urgência missionária,
 - Participar ou organizar celebrações e vigílias de oração tanto em nível inspetorial como local, tanto nos tempos fortes do outubro missionário, como nos momentos ocasionais de acontecimentos que despertem a consciência.
 - Falar disso nas "boas-noites" ou "bons-dias" e particularmente no dia **11 de cada mês**, em recordação da primeira expedição missionária⁵¹.
- 40 ♦ **Servir-se de outros subsídios e material existente para a Animação Missionária:** revistas missionárias, exposição missionária itinerante, contribuição em dinheiro ou em pessoal (voluntariado) em mini projetos de desenvolvimento...

♦ Descobrir os meios mais apropriados para **educar a comunidade cristã e os jovens em particular ao dever de contribuir economicamente para a obra missionária**, motivando o seu destino, agradecendo os que dão ofertas e informando-os sobre a evolução ou realização dos projetos.

☐ Um serviço de coordenação - pertença

41 Será também empenho do Delegado, **sustentar o sentido de pertença à única missão da Igreja e da Congregação**. Podemos definir esse empenho assinalando alguns contatos essenciais que o DIAM procurará manter:

☐ Manter-se em contato com o **Centro da Congregação** e com o **Dicastério para as Missões**, sobretudo quanto:

- à reflexão sobre os temas atinentes à Missão nas cartas do Reitor-Mor,
- às informações, orientações e eventuais diretrizes do Conselheiro para as Missões nos Atos do Conselho Geral,
- à organização do DOMISAL,
- à animação global em nível de formação permanente dos missionários,
- às eventuais publicações de encontros missionários ou cadernos de espiritualidade missionária.

42 ☐ Manter contato **com os animadores missionários das comunidades locais, comissões ou juntas locais e inspetoriais e demais ramos da Família Salesiana**.

Faça-o não só em nível de informação sobre as atividades desenvolvidas ou programadas, mas também em nível de envolvimento responsável em estratégias comuns de

animação, de intervenção no território e de empenho no social como, por exemplo, o voluntariado de médio e longo prazo.

- 43
- Representar a Inspetoria **junto aos demais Organismos e Comissões de animação missionária da Igreja local**, comunicando e convidando à participação nas celebrações e manifestações eclesiais de caráter missionário.
 - Coordenar as atividades dos grupos missionários, dos voluntários e ser seu **interlocutor junto aos Organismos** de animação salesiana em nível interinspetorial, com as demais Associações eclesiais ou leigas e ONGs.
 - Fazer com que haja estreita colaboração **com os missionários que acolhem os voluntários e com os próprios voluntários**, nas experiências de férias, e nos serviço de médio e longo prazo. Isto, antes, durante e depois da experiência.

IV - ORGANIZAÇÃO

44 Acreditamos ser útil recordar que:

- ❑ As orientações que se seguem devem ser avaliadas segundo a realidade da própria área geográfica e integradas no próprio Projeto Educativo Pastoral.
- ❑ Cada Inspeção ou grupo de Inspeções, conforme as próprias possibilidades, devem envolver pessoas e estruturas para dar maior continuidade a quanto se procura realizar.

Estas orientações já foram globalmente delineadas no Documento do Dicastério: "Educar à Dimensão Missionária"⁵².

1. EM NÍVEL INSPETORIAL E LOCAL

45 1º- O Inspetor, com o seu Conselho, nomeie um Delegado Inspeção para a Animação Missionária⁵³

Com senso de sadio realismo, levando em conta as prioridades programáticas da Inspeção e o interesse de todos os setores de animação, leve-se em conta que:

- ♦ DIAM não è necessariamente membro do Conselho Inspeção; ele deve porém manter-se em contato estreito com o Conselho e ser convidado a dele participar quando se tratasse do setor de sua competência ou da aprovação dos projetos pastorais da Inspeção.

- ◆ Quando não for um encargo de dedicação exclusiva, é bom que tenha porém, o tempo suficiente para realizar o essencial do serviço que lhe é confiado.

2º- O Inspetor apresente o Delegado Inspecional de Animação Missionária à comunidade inspetorial e defina-lhe a área de ação e de intervenção junto dela.

46 3º- O Delegado Inspecional de Animação Missionária:

- ◆ **Seja membro da comissão** de animação pastoral da Inspecoria.
- ◆ **Participe dos diversos encontros de programação e de animação** da Inspecoria e da Família Salesiana.
- ◆ **Estabeleça relações de colaboração** com os demais membros da comissão de animação pastoral, particularmente com o Delegado da Pastoral Juvenil e da Pastoral Vocacional:

Verifique com a sua presença a dimensão missionária nos programas de educação dos jovens à fé e no acompanhamento vocacional;

programe com eles o itinerário formativo dos voluntários e suas experiências de voluntariado nas férias no território ou em terras de missão⁵⁴.

- ◆ Constitua uma junta (*Comissão, grupo restrito de colaboradores*) inspetorial com que partilhe o próprio trabalho. **Essa junta:**
 - **envolva** os animadores salesianos, componentes da Família Salesiana, jovens, provenientes de cada comunidade,

- **ajude** o DIAM a realizar o seu trabalho de animação fazendo-lhe conhecer as necessidades e dificuldades de animação nas comunidades locais.

4º- Sirvam estas indicações também para definir o papel e o trabalho do **encarregado da animação missionária em nível local**.

2. EM NÍVEL REGIONAL

47 O DIAM não trabalha como alguém isolado: além de sua relação com a equipe de animação inspetorial, ele procurará integrar também as opções e objetivos gerais das demais Inspetorias da mesma Região.

O DIAM exerce assim a sua função em nível inspetorial, interinspetorial e mundial tendo sempre presente, também em nível local, a necessária "gradualidade e variedade na organização da própria animação"⁵⁵.

48 Por isso:

1º - Sejam encorajadas e apoiadas as experiências de encontros, troca de experiências, projeções comuns em nível regional ou por grupos de Inspetorias.

Esses encontros:

- considerem a possibilidade de um plano programático comum;
- estudem a figura do DIAM,
- coordenem as várias experiências missionárias de voluntariado, de encontros entre
- DIAM, seminários de formação permanente, ...

- 2º - Cada grupo de Inspetorias ou Região proceda à escolha de um DIAM coordenador em nível interinspetorial.

Esse Coordenador seja alguém capaz e generoso no sacrifício do tempo e na boa vontade para esse trabalho.

- 49 3º - Os diversos *Curatorium* sejam solicitados para que os currículos de estudo **das casas de formação** prevejam cursos atinentes à missionologia, à história das missões salesianas, como também o envolvimento dos jovens irmãos como animadores de grupos missionários e de experiências de voluntariado.

Facilite-se para isso um diálogo prévio com o respectivo Inspetor e com os Delegados de pastoral juvenil, de pastoral vocacional e de animação missionária.

- 4º - Trabalhe-se, em todo caso, sempre em união no contexto da única missão da Igreja e do carisma salesiano.

3. NÍVEL MUNDIAL

- 50 1º - Favoreça-se o intercâmbio de notícias atualizadas sobre as missões, as experiências de voluntariado, os encontros formativos por grupos missionários, a elaboração de um banco de dados sobre as Missões Salesianas.

Cuide-se da comunicação através dos diversos serviços de comunicação como o Boletim Salesiano, ANS, os

Atos do Conselho Geral, os cadernos de animação do Dicastério para as Missões.

- 2º - O DIAM preocupe-se em enviar ao Dicastério para as Missões material e sínteses de atividades missionárias significativas, esquemas e programações de formação à dimensão missionária, celebrações, estudos e pesquisas de utilidade comum a fim de permitir um seu uso mais amplo para o bem de todos.

CONCLUSÃO

Dicastério para as Missões Salesianas
8 de dezembro de 1996

Notas

- (1) Cfr. L. ODORICO, Missioni, Prassi Missionaria, Cooperazione Missionaria, Nuove Frontiere Missionarie, Animazione Missionaria, Urgenze, Roma, 19962, 5.
- (2) Dicastero per le Missioni Salesiane, Educare alla Dimensione Missionaria, *Collana: Spiritualità Missionaria Salesiana, VII*, Roma, 1995.
- (3) Cfr. CG19, pp. 179-180.
- (4) CGS, 478.
- (5) Cfr. R16.
- (6) ACS 267.
- (7) ACG 323, Ottobre - Dicembre 1987, pp. 45-46.
- (8) ACG 297, Luglio - Settembre 1980, p. 25.
- (9) L'ispettore Salesiano. Un ministero per l'animazione e il governo della Comunità Ispettoriale. Roma, 1987 2 , n° 207.
- (10) Regolamenti, 18.
- (11) GIOVANNI PAOLO II, Lettera Enciclica "Redemptoris Missio", 1990.
- (12) VIGANÓ E., Appello del Papa per le Missioni, ACG, 336, aprile-giugno 1991.
- (13) Cfr. RM 87-91
- (14) ACG 303, 306
- (15) ACG 315, 2.2
- (16) Ci riferiamo essenzialmente al contributo di ODORICO L., Missionary Animation according to the Encyclical "Redemptoris Missio", in *Missionary Animation, First Meeting of the Provincial Delegates of Missionary Animation for Asia and Australia*. Bangalore - 1992. Roma, 1993

- (17) Cfr. RM 1.49; AG 2
- (18) EDM, 45
- (19) Cfr. EDM, 35
- (20) Cfr. Cost. 30
- (21) L'ispettore Salesiano. Un ministero per l'animazione e il governo della Comunità Ispettoriale. Roma, 1987 2, n° 206
- (22) Cfr. E. VECCHI, *Pastorale Giovanile, una sfida per la comunità ecclesiale.* LDC 1992, 294-295.
- (23) Cfr. EDM, pp. 46-49
- (24) CG23, 217
- (25) EDM, p. 47
- (26) EDM, p. 15
- (27) CG23, 93
- (28) EDM, p. 45
- (29) E. VECCHI, *Pastorale Giovanile, una sfida per la comunità ecclesiale.* LDC 1992, 294-295
- (30) ACG 267
- (31) RM, 2
- (32) Per questo capitolo rinviamo in modo particolare a:
- MELIDA A., La figura del delegado inspectorial para la Animación misionera: responsabilidades, competencias, método, in *Animación Misionera Salesiana, Primer Encuentro de Delegados Inspectoriales de América Latina.* Lima - 1991. Roma, 1991.
 - La propuesta pastoral de la ANIMACION MISIONERA SALESIANA. Delegacion Nacional Salesiana de Pastoral Juvenil, Madrid, 1991.
- (33) EDM, 51
- (34) Cfr. EDM, p. 51
- (35) E. VIGANÒ, ACG, 336, 34; Cfr. AMS, pp. 14-15
- (36) RM, 23
- (37) Cfr. EDM, pp. 48-49

- (38) Cfr. EDM pp. 45-46
- (39) Cfr. EDM p. 47. Cfr. anche i temi di formazione proposti in AMS, 17 - 18
- (40) Cfr. EDM, p. 50, RM 42.91
- (41) Cfr. RM, 88
- (42) RM, 23
- (43) Cost. 99
- (44) RM, 11
- (45) RM, 26
- (46) RM, 87
- (47) RM, 88
- (48) RM, 91

- (49) Ci riferiamo essenzialmente a quanto è suggerito nel Documento EDM, p. 52 e a AMS, 16-18.
- (50) Cfr. EDM, pp.46-49

- (51) Si seguano per questo le proposte già in atto in alcune regioni, come per esempio il VIS: *Volontariato Internazionale allo Sviluppo*, via Appia Antica, 124 -00179 Roma. Saremo grati a quanti potranno comunicarci altre iniziative dello stesso genere.

- (52) Per il presente capitolo, rinviamo largamente a quanto è stato trattato del documento EDM e in AMS, pp. 19 - 21.

- (53) R 18; L'Ispettore Salesiano, 207
- (54) Cfr. EDM, 50 e 51.6
- (55) VIGANÓ E., ACG 336, 11



LINHAS FUNDAMENTAIS

da

PROGRAMAÇÃO

do

DICASTÉRIO

para as

MISSÕES SALESIANAS

SEXÊNIO 1996-2002

<p style="text-align: center;">LINHAS FUNDAMENTAIS DA PROGRAMAÇÃO DO DMS SEXÊNIO 1996-2002</p>
--

1 - Referências significativas do documento capitular CG24

Em base ao que foi acenado no percurso histórico do DMS, colhem-se do CG24 as seguintes atenções:

- ❑ *A inculturação do Evangelho*, como imersão do Evangelho na cultura e transformação da cultura em novidade cristã.
- ❑ *O envolvimento dos leigos de outras religiões e “credos”*, como clara abertura aos seus valores, à sua oferta de colaboração, e, da sua parte, a atitude de oferta da plenitude da verdade em Cristo.
- ❑ *A formação feita em conjunto*, como envolvimento recíproco de Salesianos e Leigos em itinerários formativos, especialmente com os voluntários leigos missionários.
- ❑ Para uma visão de conjunto dos pontos direta ou indiretamente “missionários” do CG24, cf. os Anexos nas vozes: *cultura, evangelização, inculturação, mundial, pluricultural e pluri-religioso, voluntariado*.

2 - Orientações do Reitor-Mor e do Conselho Geral

2.1 - O Reitor-Mor, em seu discurso dirigido aos capitulares no dia 20 de abril de 1996, refere-se naturalmente aos conteúdos principais do documento capitular. Entretanto ele também oferece, no conjunto, algumas referências significativas sobre a realidade missionária salesiana. Eis as principais delas:

- ♦ A aumentada consciência missionária da Congregação e a sua abertura à mundialidade (2; 3.9),
- ♦ O empenho para a primeira evangelização (2),

- ♦ A especificidade dos compromissos missionários no contexto da missão salesiana (3.2),
- ♦ A necessidade de exploração dos novos areópagos (3.2),
- ♦ A acentuação da inculturação e da cooperação missionária, do pessoal salesiano e leigo em nível de toda a Congregação (3.9).

2.2 - O Conselho Geral tomou as seguintes prioridades como pontos de programação para todos os Dicastérios, embora no respeito à peculiaridade de cada setor. Extraímos de cada uma das 4 áreas do programa geral aquilo que direta ou indiretamente refere-se à práxis missionária.

3. Áreas prioritárias para o crescimento da dimensão missionária salesiana

A releitura da programação do sexênio anterior (1990-96), a atenção dada às sugestões para a animação missionária indicadas pelo recente documento capitular CG24 (Intervenções do Reitor-Mor e prioridades assinaladas pelo Conselho Geral), e o estado da situação missionária fizeram com que emergissem as seguintes áreas prioritárias:

- ♦ **A animação missionária**
- ♦ **A práxis e a formação missionária**
- ♦ **A cooperação missionária**
- ♦ **As novas fronteiras missionárias**
- ♦ **Área transversal da dimensão missionária**

Entende-se sublinhar também **a lógica interna das 5 opções, interdependentes entre si**, estando a missão sempre aberta às novas fronteiras, motor de motivações, empenho, animação em profundidade e qualidade de resposta generosa. Estas áreas prioritárias são, ao mesmo tempo, explicitações de áreas já experimentadas e proposta de síntese global da práxis missionária salesiana.

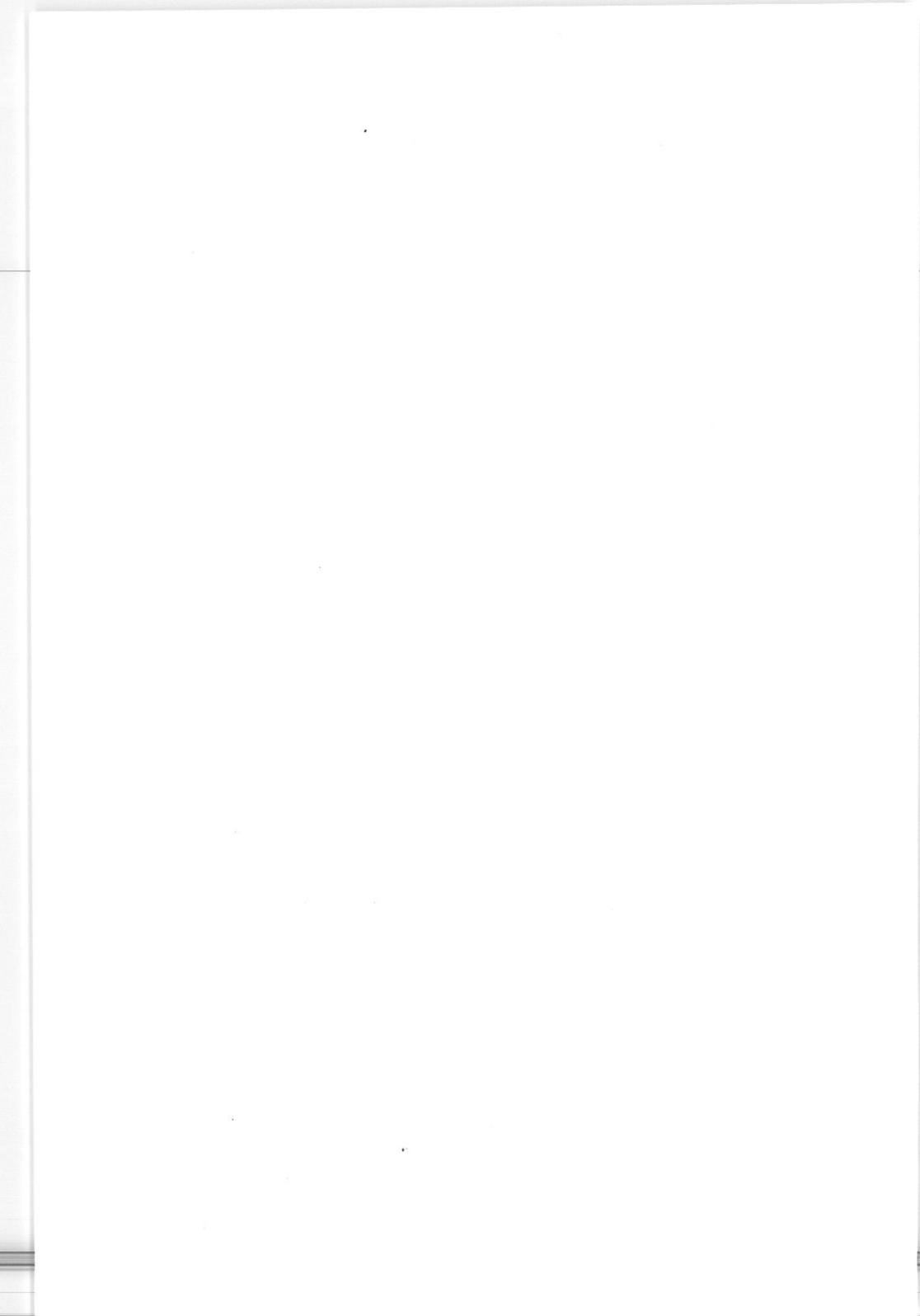
Apresentamos o seu esquema programático.

PRIORIDADES PROGRAMÁTICAS DO CONSELHO GERAL
com referência particular à praxe missionária

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS GERAIS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS PARTICULARES (intervencões operativas)	ATENÇÕES PARTICULARES
RELAÇÕES SALESIANOS SDB - LEIGOS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promover, a partir da perspectiva missionária, as relações positivas entre salesianos e leigos catequistas, entre leigos crentes e não crentes. ❖ Facilitar o clima de ampliação da participação e da co-responsabilidade missionária. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Cuidar da qualidade do diálogo inter-cultural, inter-religioso e ecumênico, em consideração aos mudados contextos em que trabalha a comunidade salesiana. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir na situação comunitária e educativa atual a transmissão carismaticamente eficaz do sistema preventivo segundo os diversos contextos culturais missionários. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Criar mentalidade comum, aprofundando as indicações conciliares sobre a eclesiológica de comunhão, de povo de Deus e de uma missiologia atualizada.
A SIGNIFICATIVIDADE DA PRESENÇA SALESIANA	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Trabalhar para que cada comunidade insira-se de modo sempre mais evidente e fecundo no território com mentalidade e abertura missionária. ❖ Promover o compromisso pelos mais necessitados e pelas missões <i>ad gentes</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Habilitar as comunidades para a elaboração e oferta de mensagens significativas de promoção humana e de evangelização, especialmente através de itinerários de catecumenato. ❖ Privilegiar os últimos sob o perfil sociológico, cultural e religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar as áreas missionárias recentes e encaminhar-se para outras. 	<ul style="list-style-type: none"> Cuidar da ligação com iniciativas educativas civis e eclesiais no território, especialmente através do voluntariado leigo missionário.
A COMUNIDADE SDB COMO NÚCLEO ANIMADOR	<p>Tornar a comunidade consciente de que a sua tarefa primária é ser e trabalhar solidamente como núcleo animador de leigos voluntários, leigos catequistas, leigos amigos e benfeitores das missões salesianas, e leigos de contextos ecumênicos e inter-religiosos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Cuidar para que as Inspetorias garantam a consistência numérica e qualitativa das comunidades (CG24, 173-174), tornando-as capazes de comunhão missionária. ❖ Estimular a capacidade da comunidade para envolver os leigos e fazer com que eles participem de seu espírito e vida (CG24, 167). 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar particularmente a experiência de atividades e obras dirigidas por leigos no interior do projeto inspetorial (CG24, 181), especialmente em paróquias e regiões missionárias muito extensas. 	
A QUALIDADE DA FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Adequar a formação permanente e inicial dos sdb missionários às exigências de outras culturas, aos desafios da evangelização e às exigências dos novos papéis de animação. ❖ Formar os salesianos para a comunhão e a participação com os leigos, tanto cristãos como pertencentes a outras religiões. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aprofundar a espiritualidade "missionária" salesiana para a viver, propor e participar (CG24, 239-241, 257). ❖ Tornar formativa a participação do quotidiano como caminho de formação permanente, qualificando os principais momentos da vida comunitária: experiências de oração, de programação, de iluminação cultural, de comunhão com os jovens e com os leigos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promover uma "revisão da Ratio conforme as orientações do CG24", que estimule a repensar a formação inicial para adequá-la à nova situação e aos diversos contextos de candidatos provenientes de territórios missionários. ❖ Estimular e coordenar os centros de estudo e as equipas de reflexão e de formação permanente missionária. 	

OPÇÕES PROGRAMÁTICAS PARA O SEXÊNIO 1996-2002

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS GERAIS	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS PARTICULARES (intervenções operativas)	ATENÇÕES PARTICULARES
ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA	"criar, desenvolver e manter viva a consciência missionária nos jovens e nas comunidades" em toda a Congregação	<ul style="list-style-type: none"> estimar a <i>qualidade missionária</i> no território e o senso de reciprocidade missionária entre Igrejas e Inspektorias consolidar a figura e o papel do <i>Delegado Inspeitoral de Animação Missionária</i> visitar de modo capilar <i>os missionários</i>, acompanhando-os em sua prática missionária aprofundar de novo os conteúdos doutrinários e a relação entre: <i>evangelização, inculturação e carisma salsetiano</i>, acompanhar os candidatos missionários e os missionários residentes em sua <i>formação inicial e permanente</i> e em <i>experiências de requalificação</i>, encorajar o empenho para uma renovada <i>espiritualidade missionária</i> encorajar e apoiar a formação inicial e permanente de catequistas em terra de missão e <i>voluntários</i> leigos missionários 	<ul style="list-style-type: none"> programar os encontros trienais de Delegados Inspektorias de Animação Missionária (D.I.A.M) elaborar o vade-mecum do D.I.A.M. oferecer ações informais de apoio reunir os missionários da região para diálogo e revisão <i>(uso do dossê Práxis Missionária)</i> promover encontros, seminários, cursos e publicações relativos a tais conteúdos programar cursos para missionários que partem, curso de missiologia (UPS), cursos breves de atualização organizar retiros para missionários organizar visitas, revisões e revêches prever apoios logísticos e econômicos 	<ul style="list-style-type: none"> mundial e continental regional e inspeitoral local mundial e continental anual e ocasional permanente e ocasional
COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA	Promover a mentalidade celestial e salsetiana de reciprocidade	<ul style="list-style-type: none"> favorecer o discernimento para a escolha e o envio dos missionários, encorajar o envolvimento de leigos na animação missionária e o voluntariado, acompanhar as Procuradorias missionárias existentes e encorajar o seu surgimento em território de missão, criar novos eventos de reciprocidade missionária ("gemellaggi" e convenções), favorecer a cooperação interinspeitoral de pessoal (intercambio de dons) entre Inspektorias em crise de vocações e outras em crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> organizar intervenções mais apropriadas prever encontros específicos de animação e formação nesse nível com os D.I.A.M. criar e desenvolver novas Procuradorias programar encontros frequentes (matro Procuradorias) e bienais (nível global) entregar territórios de missão a Inspektorias com crescimento vocacional com critérios de internacionalidade e coordenação entre Regiões 	<ul style="list-style-type: none"> mundial e inspeitoral mundial local intercontinental e inspeitoral Ocidente
NOVAS FRONTEIRAS MISSIONÁRIAS	obedecer com ímpeto ao mandato missionário de Cristo "ad gentes"	<ul style="list-style-type: none"> estimular constantemente a dimensão missionária da <i>vocação salsetiana</i> em resposta às novas <i>urgências missionárias</i> de hoje criar <i>novas motivações</i> de animação missionária e consolidar projetos já existentes, favorecer uma nova sensibilidade missionária em ambientes muito secularizados 	<ul style="list-style-type: none"> promover novas fundações, mediante o envio de missionários e a cooperação de pessoal, novos desafios, encorajar a solidariedade espiritual, ajudas de pessoal, e apoio em dinheiro estudar o fenômeno dos novos aroçpagos e as intervenções mais apropriadas de evangelização 	<ul style="list-style-type: none"> Ásia Orientale e Ásia do Sul África, Lest Europeu, populações afro-am. Países em dificuldades Ocidente e Áreas urbanas
ÁREA TRANSVERSAL DA DIMENSÃO MISSIONÁRIA	Enfrentar de forma inter-disciplinar algumas realidades missionárias	<ul style="list-style-type: none"> favorecer o discernimento inculturado de vocações de minorias étnicas e tribais, aprofundar os critérios de acompanhamento para a formação unitária e diversificada de salsetianos "<i>indigenas</i>", aprofundar a participação das responsabilidades sobre a cooperação missionária econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> programar encontros e reflexões promovidos pelo Dicasterio para as Missões e de Pastoral Juvenil programar encontros e reflexões promovidos pelo Dicasterio para as Missões e da Formação estudar mediante diálogo informal as orientações mais apropriadas a respeito 	<ul style="list-style-type: none"> continental e interinspeitoral continental e inspeitoral Conselho Geral e Procuradorias missionárias



**PRIORIDADES MISSIONÁRIAS
DO DICASTÉRIO DAS MISSÕES
PARA A REGIÃO ÁFRICA E MADAGASCAR**

Os vários grupos lingüísticos da Região África e Madagascar expressaram à unanimidade as seguintes prioridades missionárias:

1. **Continuar a formação permanente** dos que estão já envolvidos no trabalho missionário e daqueles que se preparam à vida missionária.

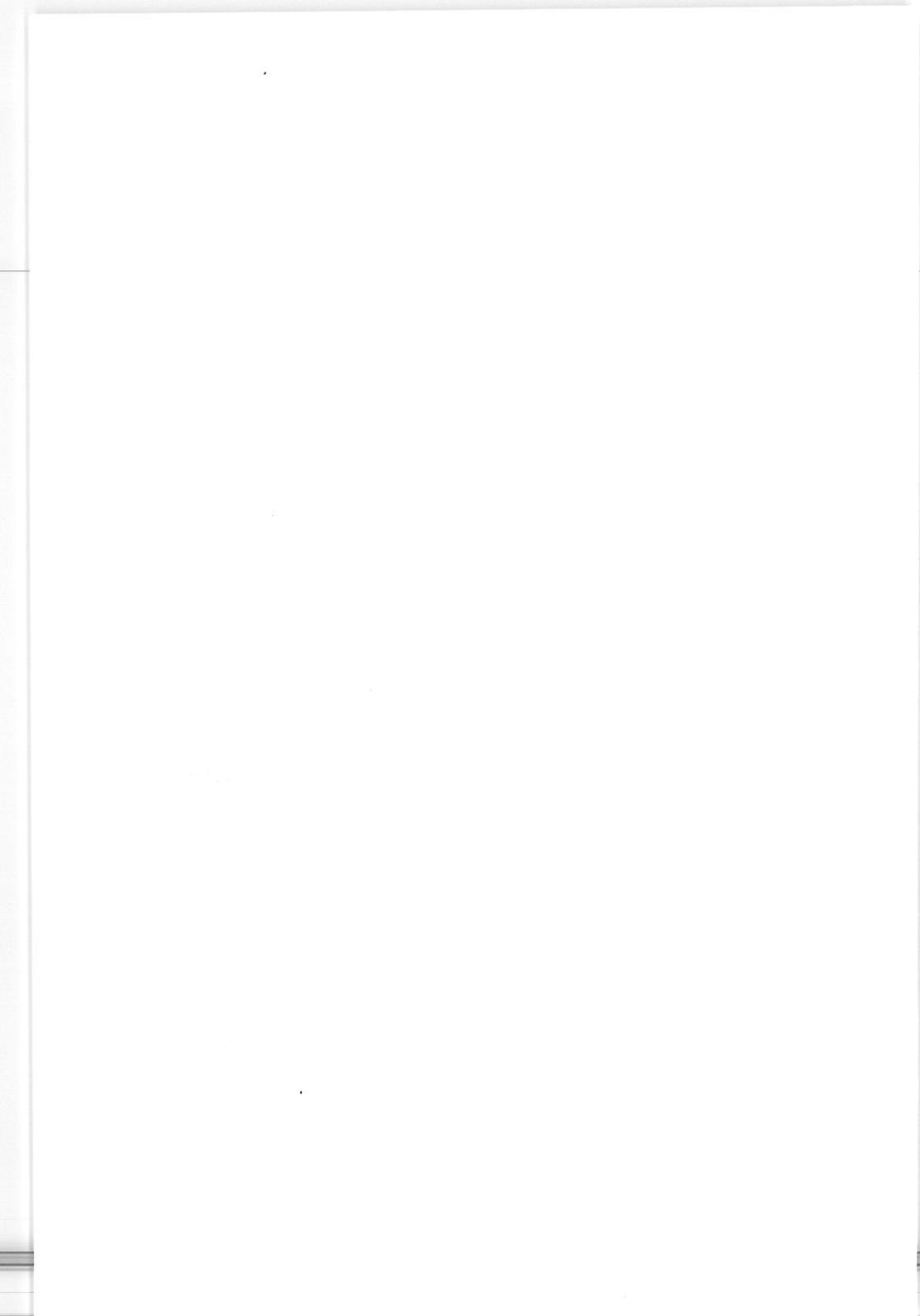
Os conteúdos desta formação devem dar largo espaço à *espiritualidade salesiana* e à *pastoral missionária*.

O mesmo esforço deve ser feito para a formação inicial dos candidatos à vida salesiana, de modo particular para os *coadjutores*.

2. **Aprofundar o conhecimento do Projeto Educativo Pastoral** da Inspetoria, da Visitadoria, da Delegação e das comunidades locais :

Sensibilizar os irmãos a uma mentalidade pastoral de conjunto, isto para evitar o individualismo missionário.

3. **Consolidar as atuais presenças do pessoal.**



PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES

NA GESTÃO ECONÔMICA

E

NOVAS PERSPECTIVAS DE SOLIDARIEDADE

Encontro da Região África e Madagascar

Addis-Abeba, 5-10 de Maio de 1997



I - A FIGURA DO ECÔNOMO

1. REFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS

"Ninguém pode eximir-se de aplicar-se ao próprio crescimento humano e religioso; tal como ninguém pode presumir de si mesmo, gerindo a própria vida com auto-suficiência. Nenhuma fase da vida pode ser considerada tão segura e fervorosa que exclua a conveniência de cuidados específicos para garantir a perseverança na fidelidade, tal como não existe idade que chegue a ver consumada a maturação da pessoa" (Vita Consecrata, 69).

A referência a "Vita Consecrata" quer inserir esta intervenção na moldura ampla do tema da formação permanente, de onde tira sua motivação e onde pretende inserir-se.

O abaixo-assinado, Ecônomo Geral apenas há alguns meses, aceitei intervir depois de ter avaliado oportunamente a temática que me foi proposta. Teria certamente deixado a outros o desenvolvimento de temas tecnicamente empenhativos com o necessário suporte de uma longa experiência de trabalho no setor econômico, do qual certamente eu não poderia valer-me.

A minha intervenção, portanto, desenvolvendo-se nesse âmbito, entende sublinhar alguns aspectos da identidade do ecônomo primeiramente sob o perfil de sua posição particular de mediador entre o "sacro" e o "profano" e, depois, evidenciando alguns aspectos gerais do seu cargo, algumas características peculiares, as tarefas que o ocupam, acenando embora fugazmente a algumas novas perspectivas culturais em vista de uma visão econômica alternativa.

Isso tudo, naturalmente, em termos muito amplos e tais que não interfiram com as interpretações da identidade e das funções do Ecônomo codificadas pelo direito próprio das Várias Ordens, Institutos e Congregações religiosas. O diálogo sucessivo e a troca de opiniões haverá de permitir-nos uma maior atualização e o enriquecimento recíproco.

"A formação permanente ajuda o sacerdote a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um mero emprego ao serviço da organização eclesiástica. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o "mistério" que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade" (Pastores dabo vobis, 72).

A citação, excluídas as referências especificamente sacerdotais, motiva depois a impostação formativa da nossa palavra e evidencia o empenho de verificar, além de nossas atitudes quotidianas, o delineamento do nosso modo de trabalhar e as motivações que o sustentam.

2. O ECÔNOMO/A COMO MEDIADOR ENTRE O "SACRO E O PROFANO", ENTRE A "CIDADE DE DEUS" E A "CIDADE SECULAR".

"É, de novo, uma brincadeira. A vida não tem finalidade, mas inventam-se milhares de finalidades sem finalidade e depois, no interior delas, mobiliza-se toda a economia para declará-las afinal transcendentais, místicas e absolutas.

Comparemos o nosso mosteiro de Louisville com o estabelecimento da General Electric na mesma cidade. Qual das duas é a instituição mais séria e mais "religiosa"? A gente é tentado a dizer: 'o mosteiro', por puro hábito. Na realidade, porém, a seriedade religiosa do mosteiro é como

um time de beisebol de periferia em relação à seriedade da série Especial da General Eletric. Pode até acontecer a muita gente, compreendidos os monges, duvidarem do mosteiro naquilo que ele representa. Quem jamais duvidará da G.E.?" (T.Merton, Diário de uma testemunha culpável, pág. 230).

A citação, sem dúvida provocatória (mas a provocação agora vem de dentro, de nossas filas) evidencia, de um lado, o problema da seriedade ou falta de seriedade com que indivíduos e grupos sociais levam adiante a própria experiência de vida e, de outro, o perigo que, em "nossa casa", com uma certa superficialidade institucionalizada, proceda-se em muitos âmbitos, quem sabe também no econômico, dando muitas coisas por certas, com a justificativa geral que nós nos movemos num universo de "fé". A reflexão levar-nos-ia longe; baste o aceno, talvez muito lapidar, que o termo "profissionalidade" deveria ser despido de conotações simplesmente técnicas e pragmáticas, para investir a vida em seu sentido mais amplo. Seria certamente interessante refletir sobre a "profissionalidade da vida religiosa".

2.1 - Silabando a nossa "profissionalidade"

É generalizado o fato de aproximar-se da tarefa de ecônomo (e também do ecônomo geral, portanto), vivendo uma mais ou menos crise de identidade sobre a relação entre a nossa opção de Deus e a tarefa prioritariamente profana que nos é pedida pela obediência. Não sei quantos de nós ofereceram-se como voluntários para o cargo que ocupam agora. Isso indica que a relação realidade econômica e consagração religiosa não é tão evidente! De outra parte nada funciona incondicionadamente, como se o fato da nossa opção de Deus nos livrasse de vínculos e empenhos ligados à nossa identidade de cidadãos da cidade secular, onde o Reino de Deus desenvolve-se, manifesta-se e cresce.

O modo correto de entender a autonomia das realidades seculares, entre as quais naturalmente a economia, contempla de um lado a insistência de que essas realidades têm um conteúdo próprio, modalidades próprias de funcionamento e desenvolvimento e, de outro, que elas são em todo caso expressão do homem, a serviço do homem criado por Deus e chamado a dialogar com ele, numa história de salvação. Por isso a nossa fé, a nossa salvação, a nossa consagração dizem respeito ao homem integral; não prescindem, não podem prescindir, das realidades profanas, seculares, enquanto realizadas na história e não no hiperurânio.

A nossa "profissionalidade" parte pois da consideração que, em linha de princípio, economia e salvação, economia e consagração não são antitéticas uma à outra. O nosso "ofício" não é "terra de ninguém", mas "fronteira" onde a vida do homem de Deus entrelaça-se em concreto com as suas energias quotidianas mais fundamentais e com o fato de estar inserido numa sociedade civil, dirigida por normas e leis particulares. É ponto obrigatório de união para as exigências "materiais" do carisma e da missão: estruturas, instrumentos pastorais, disponibilidades caritativas, projetos financiados, factibilidade para iniciar novas perspectivas e abrir novas frentes...

2.1.1 - A qualidade de "manager" e a paternidade

Poderia ser um lugar comum, mas creio que valha a pena determo-nos nisso, embora sinteticamente. Parece-me que não seja arriscado dizer que, em si, se trata de uma falsa contraposição, como se aquele que tem a missão de dirigir não possa fazê-lo com paternidade, que seria associada por definição à idéia de espontaneidade e desorganização. O ambiente religioso, muitas vezes também ambiente de comunidade, pareceria oferecer, porém, oportunidades e condições muito favoráveis para atuar uma síntese, onde a organização jamais vai em detrimento da pessoa e vice-versa.

O que significa ser "manager"? Há quem o pense ou descreva como um dirigente de carreira, seguro de si, destacado, frio, eficiente, pragmático, pronto a esmagar as pessoas e situações no único intento de realizar os objetivos prefixados. Aplicado a um religioso/a denotaria um desequilíbrio voltado ao ativismo, à organização e à interpretação sobretudo racional das relações sociais, do trabalho e da mesma missão. Seria oposta a mentalidade "pastoralista" (que no caso seria sinônimo de "leviandade" e de "ingenuidade") e a mentalidade "jurídico-econômica" (sinônimo de rigidez, alarmismo e carência da coragem da fé). Creio que todos conheçam os contrastes e também as fortes contraposições que se criam nas comunidades, nos vários níveis, quando se endurece em posições que necessariamente tendem a extremar-se.

Acredito que a nossa tarefa de animação e reflexão, como homens de responsabilidade, deva também prodigalizar-se numa linha que contraste esse dualismo para mostrar, também com o exemplo, que a verdadeira qualidade de "manager" comporta uma inteligente atenção às pessoas, volta-se a realizações possíveis e confia também em elementos imprevisíveis e imponderáveis que, às vezes, revelam-se determinantes na solução de problemas mesmo complexos. E, igualmente, que a autêntica paternidade tende a responsabilizar as pessoas quanto à realização de objetivos claros, estudados e comensurados às possibilidades do agente e da situação.

A necessidade de paternidade tão fortemente expressa hoje, sobretudo nas comunidades religiosas, não pode ser pois, contraposta ao método rigoroso de organização do nosso trabalho, à exigência de seriedade profissional e competência, ao estudo e planificação de estratégias a serem empreendidas. Diversamente, poderia ser um indicador preocupante de imaturidade, preguiça e superficialidade em quem não encontra mais a energia de confrontar-se com os homens e as tendências atuais. Enfatizar o dualismo poderia induzir os religiosos a se fecharem em si mesmos, a recusarem o confronto e, coisa mais grave, a cederem quase totalmente a terceiros a gestão de suas vidas e missão.

2.1.2 - Eficiência e pobreza

A reflexão faz-se ainda mais árdua e empenhativa sob este aspecto, enquanto todas as nossas instituições, embora em âmbitos e medidas diversas, vivem (não sofrem) o progresso humano e o fenômeno mais evidente da aceleração da história.

Em recente revisão de um Diretório de comunidade discutiuse sobre a expressão "a nossa condição de pobres" e teve-se como necessário substituí-la com esta outra leitura: "a nossa profissão de pobreza"; o exemplo, embora muito dentro de determinado contexto, é uma indicação clara da quão delicado seja falar do nosso testemunho de pobreza hoje, para não correr o risco de apenas fazer afirmações de princípio, vazias e, sobretudo, sem respostas credíveis na realidade.

O fato é que professamos o conselho evangélico da pobreza com tudo quanto ele comporta e, ao mesmo tempo, somos cidadãos da cidade secular, cujas instituições tendem a ser negligenciadas ou pelo menos não valorizadas pela nossa opção de radicalidade. De um lado, sentimos o peso de todas as observâncias das leis como cidadãos normais e como entidades privadas organizadas (taxas, seguros, previdências...) e, de outro, a organização do nosso trabalho, nas diversas áreas da nossa missão (saúde, assistência, educação, recuperação...) deve sempre mais corresponder a critérios de eficiência e adequar-se às várias legislações, que se renovam constantemente. Baste acenar o desembolso de capitais que a nova normativa nos diversos países exigiu, está exigindo e exigirá, quanto às instalações e condições de segurança das estruturas tanto públicas como privadas (com a marcada tendência ao maior rigor em relação ao privado).

Acenarei simplesmente, sem desenvolver-lo, ao espinhoso e delicado problema da nossa freqüente condição de empregadores de terceiros. Realmente o nosso modo de ser religiosos e pobres nesse setor pareceria revirado, enquanto muitas vezes somos, para todos

os efeitos, os "patrões", dos quais dependem operários, empregados e profissionais regularmente retribuídos, que se relacionam conosco em base a contratos de trabalho hoje em grande parte em nível nacional. Como conciliar a nossa missão eminentemente pastoral com as tensões, reivindicações, ações legais que marcam às vezes a relação entre empregadores e dependentes? Onde acontece o nosso testemunho de pobreza?

Indubitavelmente, também a pobreza evangélica é um valor contextualizado e não se pode concebê-la fora dos processos históricos e dos ambientes sócio-culturais nos quais se desenvolve a vida e a missão dos consagrados, mas é necessário pelo menos individualizar algumas linhas de reflexão e de ação através das quais a pobreza represente efetivamente um desafio tanto ao estilo de vida dos indivíduos como à cultura dominante. Nesse sentido a referência à "*Vita Consecrata*", n. 89, é iluminadora:

"Outra provocação vem, hoje, de um materialismo ávido de riqueza, sem qualquer atenção pelas exigências e sofrimentos dos mais débeis, nem consideração pelo próprio equilíbrio dos recursos naturais. A resposta da vida consagrada é dada pela profissão da pobreza evangélica, vivida sob diversas formas e acompanhada muitas vezes por um empenhamento ativo na promoção da solidariedade e da caridade".

Indico esquematicamente algumas linhas que me parecem produtivas para uma reflexão nesse sentido. A significatividade do nosso testemunho de pobreza, creio, deve ser jogada também nesses parâmetros:

- ❑ relação entre gestão dos capitais de que dispomos e trabalho sério e organizado para realizar a solidariedade;
- ❑ esforço (às vezes muito árduo) para ler a nossa dimensão econômica à luz do Evangelho, particularmente:

- na relação equilibrada entre as exigências institucionais e o primado da pessoa;
- na fundamental dimensão "missionária" dos nossos bens (dinheiro e pastoral);
- na harmonização da fé na Providência e a referência às necessárias "previdências".

"Recordai-vos bem que aquilo que possuímos não é nosso mas dos pobres; ai de nós se não fizermos bom uso disso"
(Dom Bosco).

3. ASPECTOS GERAIS, CARACTERÍSTICAS E TAREFAS DO NOSSO CARGO

Esta parte da minha intervenção não quer ser uma ulterior contribuição à reflexão, mas a exposição muito essencial de alguns elementos que já conhecemos, especialmente quem entre os presentes é veterano nesse serviço, e que é bom recordar de vez em quando para uma salutar revisão do nosso método de trabalho. O tempo quaresmal é sem dúvida um estímulo a empenhar-nos também nesse exercício, sem dar nada por certo, antes, disponíveis, como se costuma dizer a "rever erros e culpas".

3.1 - TRÊS ASPECTOS GERAIS

3.1.1 - Escrituração fiduciária e controle

Isso comporta registro regular, controle consciencioso, pedido de licenças conforme o direito canônico e o nosso direito particular. Sublinho o nosso dever de Ecônomos Gerais de controlar o andamento econômico geral de nossas instituições, exigindo prestações de contas administrativas credíveis e monitorando situações de particular precariedade. Hoje, talvez, uma atenção

particularmente urgente deva-se à exigência do envio da documentação necessária em vista da obtenção de licenças para operações que as comunidades não são autorizadas a fazer. Existe, hoje, uma certa tendência a assumir responsabilidades sem as devidas autorizações, salvo o posterior recurso aos reparos ou fazer recorrer aos reparos quem recebe como herança situações pesadamente devedoras.

3.1.2 - Centralização e autonomia

Outro elemento sobre que refletir nesse âmbito é a relação entre centralização e autonomia. Com a redução das forças disponíveis localmente, acentua-se muitas vezes a necessidade de organizar uma administração fortemente ligada ao centro, para uma maior eficiência, seja para uma gestão mais racionalizada dos recursos como para a utilização mais unitária e econômica da assessoria. Naturalmente as várias situações, sempre no alveo das Constituições, determinarão quando se deve acentuar mais a tendência a centralizar ou a descentralizar.

3.1.3 - Administração pertinente (integridade e profissionalidade administrativa)

A identidade religiosa e a missão caracterizam também o nosso modo de administrar e as finalidades da nossa gestão. Isso significa, em concreto, que devemos evitar qualquer forma de especulação financeira e que devemos abster-nos de gerir atividades que tenham simplesmente finalidade de lucro? É uma interrogação que, acredito, se insinua freqüentemente, sobretudo quando devemos constatar que substancialmente algumas de nossas presenças respondem exclusivamente ou quase exclusivamente a critérios de lucro. Tal reflexão diz respeito também à administração de títulos, ações e obrigações que por si só não pode ser finalizada à capitalização, mas a tornar disponíveis os capitais para a nossa missão e o nosso apostolado. É justamente nesse setor que deve ser

aprofundada a relação entre Providência e previdência, que se torna consciência crítica de nossas opções e de nossos critérios.

3.2 - TAREFAS E QUALIDADES

Tomo do Manual para Ecônomos (edição pro manuscrito) uma boa síntese das responsabilidades que delineiam o nosso ser e portanto o nosso agir:

- Administrar os bens cuja posse pertence à Inspeção, cuidando da preparação de um "budget" e de regulares prestações de contas ao Conselho;
- Superintender a administração das Casas e informar o Conselho inspetorial a respeito;
- Tornar o instituto consciente dos aspectos de justiça ligados à propriedade de bens materiais;
- Preparar a prestação de contas financeira sobre o estado econômico da Inspeção para o Capítulo Inspetorial.

Parece-me que substancialmente o Ecônomo inspetorial deva orientar a sua ação:

- no âmbito central de seu Instituto: administração da Casa Inspetorial e de quanto dela depende diretamente;
- na relação entre centro e periferia sobre as operações de maior monta, a guarda da pobreza e a organização e animação da solidariedade;
- no âmbito da administração das várias casas com função de orientação e controle;
- em diálogo com as situações tanto eclesiais como civis, nos setores que se referem à administração.

4. CONCLUSÃO

Agradecendo pelo convite que me foi feito e desculpando-me pela inadequação da minha contribuição, gostaria de concluir convidando-os a inserirem as considerações feitas, tanto as mais teóricas como as mais técnicas, num contexto de abertura às novas perspectivas culturais, que timidamente se vão apresentando e se voltam a uma economia alternativa. Trata-se, com efeito, de uma opção política que nasce da interpretação cultural do nosso ser religiosos consagrados no contexto atual, num momento histórico em que parece predominar os ares de um neo-liberalismo quase selvagem.

Como nós religiosos nos colocamos diante de iniciativas como os Bancos Éticos, o Comércio Equitativo e Solidário, a promoção do Voluntariado e do "Privado Social Non-Profit" e em geral diante de um movimento de opinião e de realizações concretas que tendem a construir uma alternativa?

Os graves problemas que nos vemos enfrentando todos os dias poderiam funcionar como álibis e manter-nos entrincheirados em posições de conservação míope e encontrar-nos nas retaguardas da história e da sociedade.

"A fundação de todo instituto religioso é sempre profecia em ação. Denuncia uma situação de salvação ainda não realizada, constituída pela necessidade existente no povo de Deus e que ninguém presta atenção" (A. Gomez).

Para quais atenções nos impele o Espírito?

P. Gianni MAZZALI
Ecônomo Geral

II - ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS

O Manual do Inspetor, introduzindo o capítulo 12, sublinha que "a economia é um valor finalizado, com leis e instrumentos próprios; ela deve ser conhecida, usada com competência e orientada para a missão, o que dá o tom concreto a toda nossa existência e, portanto, também a esse aspecto.

- ❑ Bens temporais: suporte das atividades pastorais, educativas e assistenciais;
- ❑ Economia: setor importante da vida religiosa, regulado por regras precisas da Igreja e da Congregação, especialmente em relação aos valores da pobreza evangélica.

1. PRINCÍPIOS GERAIS

A autoridade "de qualquer gênero" (*Const. 124*) na Congregação é exercida segundo os princípios da subsidiariedade e da descentralização no respeito das competências dos vários níveis e da correta valorização de pessoas e comunidades.

O princípio de unidade evidenciado sucessivamente nos vários setores harmoniza-se com a autonomia reconhecida nos vários níveis.

1.1 - O primeiro princípio é a unidade de governo perante os bens temporais

- ❑ Em nível mundial, por parte do Reitor-Mor que, assistido pelo seu Conselho, tem poder ordinário sobre todas as Inspetorias, as coisas e os sócios (*Const. 127, 130*).
- ❑ Em nível inspetorial, pelo Inspetor com o seu conselho, tanto no que se refere aos bens da Inspetorias como aos de cada casa (*Const. 161*).
- ❑ Em nível local, pelo Diretor com o seu conselho no que se refere à administração dos bens de uma casa (*Const. 176*).

1.2 - O segundo princípio é a unidade da gestão administrativa (Const. 190)

- O Ecônomo geral administra os bens que não pertencem a uma determinada Inspetoria ou casa, mas a toda a sociedade (Const. 139).
- O Ecônomo inspetorial administra os bens da Inspetoria (Const. 169).
- O Ecônomo de cada comunidade é o responsável imediato pela administração dos bens de cada casa (Const. 184).

1.3 - O terceiro princípio é a solidariedade (Const. 76).

Solidariedade entendida como participação em vários níveis:

- entre as comunidades da Inspetoria
- em nível de Congregação
- em nível de Família Salesiana, de Igreja e de mundo

1.4 - O quarto princípio refere-se à função e aos níveis de controle:

- Por parte do Reitor-Mor, do Inspetor e do Diretor, condicionada respectivamente pelo consenso do Conselho geral para as operações tratadas no art. Const. 188; pelo Conselho inspetorial quanto ao indicado no item 7 do artigo Const. 165; pelo Conselho da comunidade para as operações do item 4 do artigo 181 das Constituições;
- Por parte do Ecônomo geral, do Ecônomo inspetorial e do Ecônomo da casa, no que se refere respectivamente à gestão administrativa dos bens da Congregação, das Inspetorias e das casas (Reg. 192, 193, 198);
- Essa função prevê que, nos vários níveis, se faça a prestação de contas aos respectivos conselhos.

2. COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM NÍVEL INSPETORIAL

Alguns aspectos basilares a serem levados em conta:

- ❑ *a função de direção, controle, coordenação, superintendência através de normas detalhadas* sobre a administração Inspetorial e local emanadas pelo Capítulo inspetorial ou pelo Inspetor com o seu conselho;
- ❑ *a elaboração orgânica* da administração expressa na elaboração, exame e aprovação do balanço preventivo e final da Inspetoria;
- ❑ *a participação e a solidariedade*
 - em nível de cada casa em relação à Inspetoria (*Cf. Reg. 58,3; 156,11*)
 - em nível inspetorial: plano de solidariedade programado em relação ao projeto inspetorial (*Reg. 197*);
 - em nível de comunidade mundial, sobretudo através das orientações do Reitor-Mor com o seu Conselho (*Cf. Reg. 197; Const. 76*);
 - solidariedade atenta às necessidades da Igreja e do mundo (*Cân. 640*).

3. OBJETIVO E ORIENTAÇÕES DA ECONOMIA

"As estruturas devem estar a serviço da Comunidade e dos indivíduos, para que possam realizar fielmente a própria vocação" (CGE 706,2).

Esse objetivo fundamental é garantido por algumas orientações específicas no âmbito econômico e na administração dos bens:

- uma justa relação entre administração saudável e pobreza;
- consciência de ser depositários de bens da Igreja (*Cf. Cân. 1257*);
- prioridade dos fins institucionais sobre os bens materiais;
- relação funcional entre testemunho, serviço e bens temporais (*CGE 600-610*);
- solidariedade econômica entre todas as obras da Inspeção (*Cf. Reg. 197*).

4. RESPONSABILIDADES, TAREFAS E COMPETÊNCIAS

- 4.1 - O Inspetor com o seu Conselho inspetorial exerce a função de direção e controle sobre a administração dos bens da Inspeção e de cada casa.

Elenco de compromissos que se devem ter presentes:

- aprovação do balanço preventivo e final da Inspeção e das casas;
- fixação das contribuições de cada comunidade à Inspeção;
- autorizações para alterações ou soluções de problemas econômicos extraordinários;
- pedido de autorização do que trata o art. 188 das Constituições;
- formulação e criação de normas, por delegação do Capítulo inspetorial, quanto à administração inspetorial e local;
- coleta do dinheiro excedente nas comunidades,
- preparação de um plano periódico de solidariedade econômica entre as casas da Inspeção;
- atenção à solidariedade para com a comunidade mundial.

- 4.2 - O Inspetor pessoalmente, e em estreita colaboração com o Ecônomo inspetorial, preocupa-se:

- com a escolha e preparação dos futuros Ecônomos (coadjutores... nos limites do possível), e da atualização dos atuais;
- com a vigilância do andamento econômico das casas;
- com a organização de um escritório administrativo;
- com a oportunidade de valer-se de consultorias profissionais.

5. ALGUNS INSTRUMENTOS

O governo da Inspetoria em nível econômico prevê.

- o balanço preventivo e final da Inspetoria com a situação financeira e patrimonial;
- esse balanço é indispensável para uma política inspetorial mais racional em todos os níveis;
- a colaboração estreita com o Ecônomo Inspetorial;
- a colaboração pontual e transparente com o Ecônomo geral no que se refere ao envio do Rendiconto Administrativo anual.

P. Gianni MAZZALI
Ecônomo Geral

III - CARTA SOBRE A SOLIDARIEDADE

Roma, 24.01.1997
Festa de São Francisco de Sales

Caro P. Inspetor,

concluímos há alguns dias a segunda sessão plenária do Conselho Geral para o sexênio 1996-2002. Foram dois meses de diálogo intenso e de partilha, sobretudo em relação à programação das linhas de animação e governo, em que estaremos empenhados nos próximos seis anos para realizar os objetivos e as decisões do CG24.

Foi particularmente significativo o esforço de superar uma excessiva setorialização dos objetivos dos vários setores para chegar a uma ampla e partilhada visual que encontra todo o Conselho Geral solidário e consciente. O esforço redundou agora na fase operativa, com todas as responsabilidades e diferenciações, já de per si contempladas nas estruturas atuais, que consentem trabalhar com eficácia e capilaridade.

Figura particularmente nos aspectos da programação confiados à responsabilidade do Ecônomo Geral, o trabalho de animar na Congregação a fidelidade ao espírito de pobreza, sobretudo no âmbito da administração dos bens, tarefa que de resto é claramente indicada pelas nossas Constituições. Tomarei certamente no futuro um contato contigo para assinalar-te alguns aprofundamentos que se tornam necessários nesse contexto para uma renovada fidelidade e testemunho.

Há um elemento, contudo, que me apresso a assinalar-te de imediato, em nome do Reitor-Mor que me pediu de contatar-te e pedir o tua atuante e tempestiva colaboração a respeito. Trata-se da solidariedade que as nossas Constituições indicam como elemento qualificador do testemunho da nossa pobreza: "partilhamos fraternalmente o que temos, e somos solidários com as necessidades de toda a Congregação, da Igreja e do mundo" (Const. 76).

Já temos sem dúvida uma tradição consolidada de forte solidariedade no interior da nossa Congregação. Foi o P. Ricceri quem lançou a iniciativa de um "fundo de solidariedade" em nível mundial; idéia retomada pelo P. Egídio Viganò que instituiu, por ocasião do centenário da morte de Dom Bosco o "fundo Dom Bosco". Sucessivamente, após a abertura das fronteiras do Leste Europeu, teve-se por necessário orientar a solidariedade na Congregação para os países ex-comunistas, e foi criado o "fundo Leste", que atuou com bons resultados no último sexênio.

Após madura reflexão em Conselho Geral, olhando para o amplo leque de necessidades e urgências que freqüentemente confrontam uma Congregação mundial como a nossa, achamos oportuno visar, para o sexênio 1996-2002, à constituição de um "fundo de solidariedade", à disposição do Reitor-Mor para ir ao encontro das necessidades urgentes e inadiáveis, relacionadas diretamente com a nossa missão e testemunho, que diversamente não teríamos capacidade de satisfazer.

Trata-se de uma solidariedade de amplo respiro, "aberta", à qual todos, irmãos, comunidades, inspetorias podem concorrer, para sublinhar concretamente que somos sensíveis às necessidades de todos, que não nos empenhamos em resolver apenas os nossos problemas e que participamos diretamente da missão universal da Congregação.

É sobretudo uma solidariedade interna, de participação livre e ampla de recursos que a Providência coloca em nossas mãos com

tanta largueza. É uma solidariedade que empenha a todos, também os que dispõe de pouco ou quase nada, e se exprime em pequenos ou grandes gestos que se constroem concretamente como família. É um modo de reconhecer que os bens de que dispomos não são nossos, mas de quem tem mais necessidade deles, dos pobres, como dizia Dom Bosco. É um modo concreto e credível de agradecer.

Este fundo de solidariedade é administrado aqui, junto à Direção Geral, à qual devem ser encaminhados sejam as contribuições para alimentá-lo como os pedidos de subsídios a serem encaminhados ao Reitor-Mor. O Ecônomo Geral está empenhado na gestão dos recursos do próprio fundo e, pontualmente, com periodicidade regular, enviará a prestação de contas das contribuições recebidas e dos subsídios concedidos.

Para outros esclarecimentos e informações é bom ter o Economato Geral como referência. Acrescento ainda que o Ecônomo inspetorial poderá ser o interlocutor privilegiado tanto para a sensibilização na Inspetoria, como para manter os contatos com o centro.

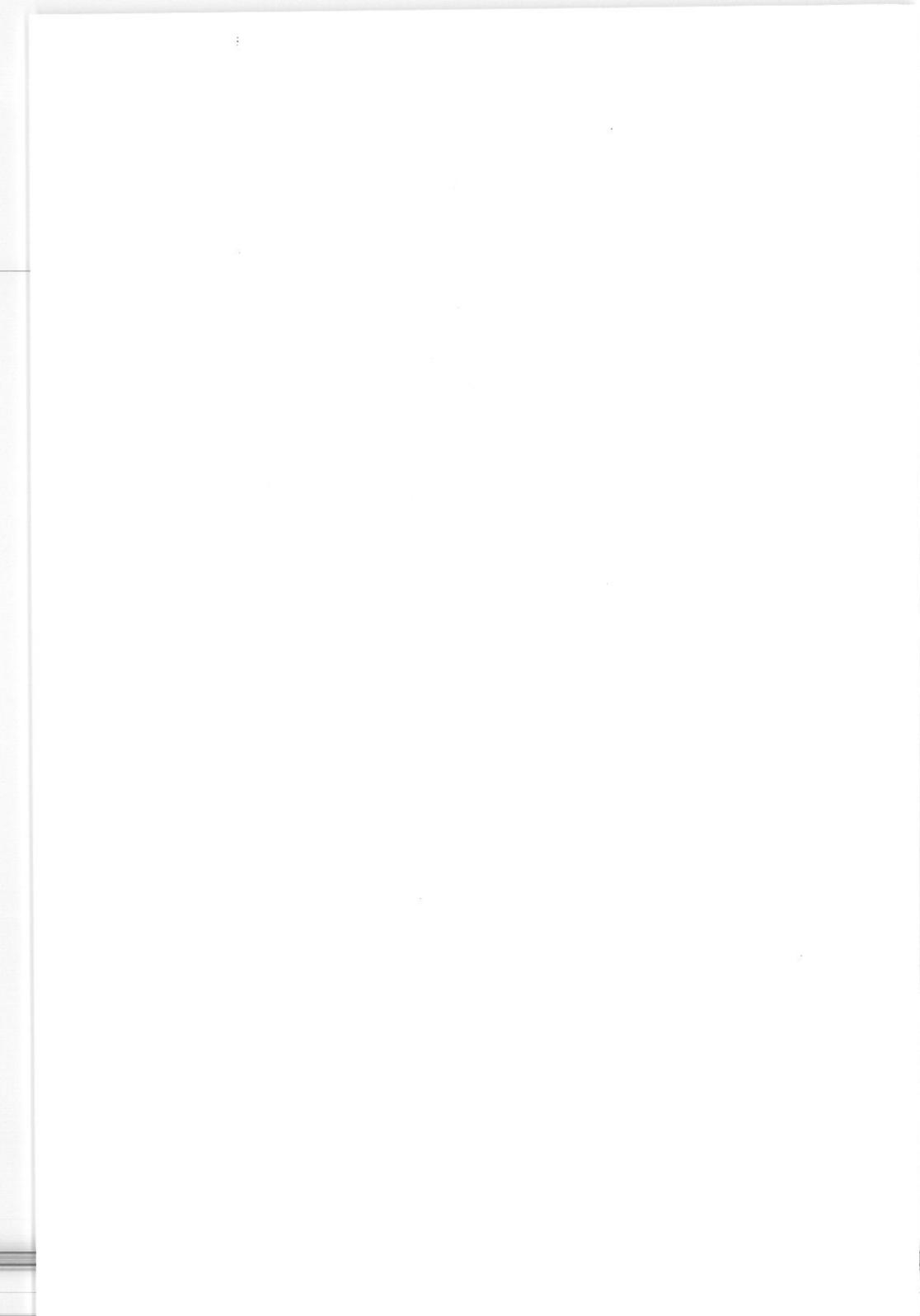
Agradeço-te de coração desde agora por aquilo que te será possível fazer nesse âmbito, entre as tantas preocupações e responsabilidades que te afligem quotidianamente. O amplo circuito de solidariedade talvez seja também um estímulo para incentivar a solidariedade entre as casas da Inspetoria.

Uma cara saudação a ti, em nome do Reitor-Mor e no meu pessoal, com os votos de uma alegre e fecunda festa de Dom Bosco.

Em união de oração,

P. Gianni MAZZALI

Ecônomo Geral



TRABALHO DE GRUPO

- Reflexões sobre :*
- ◆ a administração dos bens e a pobreza
 - ◆ a solidariedade
 - ◆ alguns problemas específicos

GRUPO DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Pobreza

- O primeiro sinal da nossa pobreza é a dedicação ao trabalho
- A capacidade de estar com os destinatários.
- A preocupação em garantir a situação dos empregados
- A garantia dos serviços sociais aos trabalhadores

2. Solidariedade

Começa-se a trabalhar lentamente com consciência comum entre as casas, coisa que deverá ser objeto de estudo em vista dos “Diretórios” (Angola - Moçambique).

3. Alguns problemas

- Falta de capacidade de subsistência, até mesmo quanto à alimentação dos salesianos.
- Não existem recursos/fontes ordinárias onde arrecadar fundos.
- Existem recursos para projetos, mas não para o sustento ordinário das comunidades.
- Falta a criação de convenções com os bispos.

ENGLISH-SPEAKING GROUP

1. *Poverty*

- How to give witness in an understanding way in our Africa context?

No matter what our style of life is or our effort to get closer to people and adapt to their lifestyle, all still consider we are rich. All missionaries feel this tension between striving to be poor and the misunderstanding in people's minds.

- We thought that feeling the pains of this tension is still a sign of a healthy religious life, since some have even compromised with the situation. ...
- All the same, we have to accept realistically that people will always consider us part of the rich class. However it is our belief that three major areas are the test of our poverty:
 - Availability to share with people our gifts, our time, our education, our means and our money. Some have already withdrawn from people and live in a world of comfort with a close group of friends (oftentimes of the same Country of origin).
 - Use of money. We know we manage large sums of money, but what use do we make of them? Are we ready to spend time in looking for the best deal? In our constructions, are we moderate in the project, without getting trapped into "European designs"? Do we give proper and timely accounts of our money? Are we able to show and share the accounts of our works with people who work in our schools?
 - Our service has to address uncompromisingly the poor people. Although in Africa people are generally poor, there are large

pockets of extremely poor and abandoned persons, the poorest of the poor. In our works we have to consider offering services and education to them. People will appreciate and understand this as a sign of poverty: to fight to eradicate poverty among the poorest classes.

2. *Solidarity*

- ❑ A bishop from Zimbabwe said once: "Stop building churches and schools and then handing them over to us. Give us time to build our schools and our churches" Although the statement is extreme, it has some truth.

We accept this idea of provincial and world solidarity as a new challenge for our provinces and houses that have always considered themselves on the "receiving end".

- ❑ We need time and effort to sensitize our community to this solidarity, making sure it is not a cheque signed by the economist at the end of the year, but rather a "budgeted solidarity", planned by all at the beginning, that will touch our lives and community organization..
- ❑ In this respect, more effort should be made to educate our young salesians in formation to share generously the world over.

3. *Specific problems*

3.1 - Solidarity with the families of the local young salesians from Africa.

We cannot escape from this duty. The Salesian Congregation also has in her tradition this "Charitable tradition" to take

care of the parents of salesians (father or mother) and it could continue here in Africa as well. Nothing - or very little - to be given to the African extended family.

Special help to be considered in case of ordination expenses and on leaving the Congregation for good.

- 3.2 - A growing complaint from the local African salesians that different (inferior) treatment is given to them, when compared with the style of life and freedom of decision of the missionary and expatriate salesians.

This complaint comes up even in formation houses where young salesians from Africa mix with salesians in formation from other countries. It is advisable to make all possible efforts to treat all equally and comply with rules in the same manner. Examples: use of car, permission for driving licence, signatories of cheque books, ...

On the other hand, it is not advisable to deny all responsibilities to African salesians until they are ordained priests: they will not grow in maturity.

- 3.3 - Is it possible to have other forms of the *Rendiconto Amministrativo* at the end of the year since the present form seems out-dated?
- 3.4 - Mission Office and Procure. Discussion took place for better solutions in different Provinces and Delegations. There is no single or best solution. Situations are different.
- 3.5 - It is important to give specific information about administration to confreres in formation and for them to have the chance to coordinate and continue -up-dating the administrators who are in place in local communities by giving them specific and qualified courses in meetings from time to time.

GROUPE FRANCOPHONE

1. *La gestion des biens en rapport avec la pauvreté*

- Dans la fondation des oeuvres, il faut tenir compte du train de vie de la société et veiller à avoir des oeuvres proportionnées aux besoins de la population et qui faciliteront la relève.
- Les projets doivent émaner d'une vue d'ensemble, et d'un projet unitaire, de façon à répondre aux nécessités réelles du milieu.
- Les projets doivent être faits en fonction de l'avenir - dans la mesure où celui-ci est prévisible - et être promoteurs de développement.
- Dans la gestion des biens, il faut tenir compte de la culture de façon à éviter le parasitisme, mais aussi savoir exploiter la disponibilité au sens de la solidarité pour une plus grande communion entre les communautés.
- Dans le rapport avec les familles des confrères il faut:
 - éduquer au sens d'appartenance à la communauté,
 - aider les familles à partir de la communauté,
 - éduquer la communauté au sens de la famille.
- En ce qui concerne l'aide aux pauvres, il faut partir des options communautaires à ce propos.

2. *La solidarité*

- Chacun doit se rappeler que l'argent de la communauté est un bien de l'Eglise et qu'il n'appartient à personne en particulier.
- Il faut, si possible, harmoniser la comptabilité de la maison avec celle de la Province.
- Il faut favoriser l'autosuffisance financière des communautés.
- Pour maintenir l'autosuffisance, il faut renforcer les liens avec les bienfaiteurs mais aussi veiller à la production.
- Pour maintenir les activités dans la communauté, il faut tenir compte des ressources financières de celle-ci.

3. *Quelques problèmes spécifiques*

- Comment organiser la recherche de fonds financiers?
- Comment procéder à une prévision budgétaire en se basant essentiellement sur des dons?
- Comment augmenter les recettes de façon à augmenter les capitaux?
- Comment créer une mentalité d'autofinancement?

RELAÇÃO SOBRE O PRIMEIRO ENCONTRO DA REGIÃO ÁFRICA-MADAGASCAR

Adis-Abeba, 9 de maio de 1997

Participantes

Estiveram reunidos pela primeira vez os Inspetores, superiores de Visitadoria ou Circunscrições e os Delegados de toda a África salesiana e Madagascar.

Estavam representadas :

- a Inspetoria da África Central (AFC);
- as Visitadorias da África Leste (AFE), África Meridional (AMF), Madagascar (MDG) e Zâmbia (AMB);
- as Delegações de diversos países: AFO; ATE: Etiópia, Eritreia; Ruanda e Burundi;
- as Delegações de um só país: Angola e Moçambique;
- alguns países com coordenação informal: Nigéria e Serra Leoa.

Espera-se, em outros encontros, a presença dos representantes de todos os demais países que não puderam participar, particularmente os irmãos que trabalham no Norte da África e nos países de maioria islâmica.

Objetivos

O primeiro encontro numa Região que inicia a própria caminhada não pode ter, logicamente, objetivos muito ambiciosos. Tratou-se, porém,

- de um reconhecimento recíproco,
- de uma tomada de conhecimento da Programação da Região para o sexênio e
- do início de uma reflexão sobre suas necessidades.

Foram estes os três objetivos do encontro em nível *regional*. Outros encontros são previstos, embora levando em consideração as distâncias que devem ser percorridas para encontrar-se na Região.

Temas tratados

1. A programação da Região

- O dia dedicado à Região foi iniciado com uma retomada da Programação do Reitor-Mor e do Conselho Geral para a Região “África e Madagascar”, tendo presentes três finalidades:
 - tomar conhecimento das diversas atividades e encontros previstos;
 - concretizar a realização das diversas atividades;
 - completar a programação com outras atividades tidas como necessárias.
- Sobre o tema da FORMAÇÃO PERMANENTE na Região, recomendou-se:
 - tornar conhecidas todas as possibilidades de *formação permanente* oferecidas na Região por numerosos centros;
 - Envolver um grupo de pessoas que trabalhem na Região e que poderiam responder às iniciativas das diversas Circunscrições sobre a formação permanente, dando-lhes uma contribuição qualificada sobre temas prioritários como: a formação dos diretores, dos animadores, o projeto educativo...

Por ora é difícil organizar na Região um curso de formação permanente semelhante aos organizados por outras Regiões na Congregação.

- Encorajar os Superiores competentes a concederem aos irmãos um ano 'sabático' para a própria formação, depois de um longo tempo de trabalho.
- ❑ Quanto ao tema do Pós-noviciado para os irmãos Coadjuutores, comunica-se a iniciativa de um curso de formação em 1998.

Os irmãos interessados serão uma dezena; o curso será realizado em Yaoundé e será em língua francesa. Comunica-se também o curso para religiosos leigos que existe em Nairobi, organizado pelo Centro de Estudos Intercongregacional de TANGASA.

- ❑ Fazem-se outras observações, concretizam-se algumas datas para as reuniões previstas no futuro e determinam-se os lugares onde serão realizados.
- ❑ Considera-se também a conveniência e a possibilidade de:
 - fazer intercâmbio de materiais de formação para catequistas e outros animadores;
 - realizar um encontro sobre a 'insatisfação juvenil' para melhor qualificar os programas educativos das numerosas presenças e atividades para jovens em perigo que temos na Região;
 - promover no setor da Comunicação Social uma revista sobre a África e feita pela África, pensando também nas deformações que a imagem da África recebe da mentalidade da mídia européia que visa mais aos interesses econômicos que à verdade e aos interesses do Continente africano.

2. Estrutura da Região

- ❑ Inicia-se esta parte relendo e refletindo sobre o que as Constituições e os Regulamentos dizem sobre as Regiões, as Conferências de Inspetorias e a figura do Conselheiro Regional.
- ❑ À luz do ditado constitucional reflete-se sobre as necessidades comuns que podem existir na região: formação, formação permanente, reflexão sobre a qualidade das presenças, etc.; e pergunta-se claramente sobre a necessidade de constituir neste momento uma Conferência ou Conferências de Inspetorias na Região 'África - Madagascar'. A resposta de todos é clara e unânime: *"Não parece que tenha chegado o momento de constituir conferências de Inspetorias na Região"*.
- ❑ Apesar disso consideram-se muito úteis e necessários os encontros com o Regional para intercâmbio e aprofundamento dos temas que visem o crescimento mais coordenado das diversas Circunscrições e presenças.
- ❑ Acena-se também à preparação da Visita de Conjunto, que será realizada em fevereiro de 1998. O tema será retomado quando o Reitor-Mor e o seu Conselho derem indicações mais precisas. Todos são unânimes em querer o envolvimento de todas as Comunidades da Região na preparação da Visita de Conjunto.

3. Outros temas de interesse comum

Passa-se rapidamente sobre os planos de crescimento - novas fundações - pensados pelas diferentes Circunscrições e Delegações.

Sem a pretensão de ser completos na descrição, compartilham-se as seguintes previsões.

- Angola; 2 novas fundações;
- A Delegação ATE prevê 3 fundações: Libreville (Gabão), D'Jamena (Chade) e Camarões (de língua inglesa);
- Madagascar: 2 (Tulear e Tamatave);
- A Etiópia está construindo quatro novas casas: Makanissa, Noviciado, Adua e Dekahare;
- Zâmbia projeta uma nova presença no Malavi e outra no Zimbábue;
- A Nigéria pensa numa nova presença em Abadam;
- Serra Leoa: uma nova presença na capital, Freetown;
- Inspeção AFC: uma nova casa em Kinshasa; etc.

O panorama descrito oferece uma idéia do crescimento natural nas diversas Circunscrições. Fala-se sobre o itinerário a ser seguido para apresentar ao Reitor-Mor os planos das novas presenças a fim de receber a sua necessária aprovação.

Em um giro de informações, compartilha-se a caminhada feita pelas diversas Circunscrições em vista da sensibilização sobre o Capítulo Geral 24. Aprecia-se o interesse de todos e a variedade de iniciativas atuadas em nossas comunidades e com os leigos de nossas presenças.

Enfim, comunica-se a presença do Reitor-Mor na Circunscrição AFM em outubro próximo para a celebração de conclusão do Centenário da presença salesiana em Cape Town.

Conclusões

Não se podem evidenciar muitas decisões concretas tomadas como compromisso nesta primeira reunião; todos, porém, ficamos com a grata sensação de

- conhecer um pouco mais a Região,
- ter estabelecido ligações mais fortes entre nós,
- estar mais conscientes da vastidão do caminho a percorrer e mais seguros da grande esperança que se percebe na Região.

Agradecemos ao Senhor e aos irmãos da Etiópia que nos acolheram fraternalmente e com os quais pudemos trocar também algumas horas de distensão.

Maria, em cujo mês nos encontramos, abençoe os nossos esforços pelo Evangelho em toda a Região.

Adis-Abeba, 9 de maio de 1997.

P. Antonio RODRIGUES TALLÓN
Conselheiro Regional para a África

